

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	10
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	11
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	12
Demonstração de Valor Adicionado	13
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	15
Notas Explicativas	25

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	68
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	71
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	72

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.234.136
Preferenciais	0
Total	2.234.136
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	2.913.350	2.916.856	2.982.804
1.01	Ativo Circulante	169.319	210.141	214.085
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	29.559	43.624	151.762
1.01.02	Aplicações Financeiras	69.805	94.188	0
1.01.03	Contas a Receber	46.117	52.534	41.064
1.01.03.01	Clientes	46.117	52.534	41.064
1.01.04	Estoques	2.379	8.071	7.250
1.01.06	Tributos a Recuperar	18.980	9.527	11.151
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	18.980	9.527	11.151
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.888	1.988	2.201
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	591	209	657
1.01.08.03	Outros	591	209	657
1.02	Ativo Não Circulante	2.744.031	2.706.715	2.768.719
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	615.535	585.858	563.648
1.02.01.04	Contas a Receber	19.982	0	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	595.553	585.858	563.648
1.02.01.10.03	Outros ativos	2.209	3.247	0
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	812	258	273
1.02.01.10.05	Tributos e contribuições a recuperar	10.008	20.316	17.535
1.02.01.10.06	Fundos vinculados	137.656	99.007	111.084
1.02.01.10.07	Estoques	7.993	0	0
1.02.01.10.08	Ativo fiscal diferido	436.875	463.030	434.756
1.02.03	Imobilizado	2.098.951	2.090.087	2.173.257
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.094.733	1.943.918	2.018.496
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	1.753	0	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.465	146.169	154.761
1.02.04	Intangível	29.545	30.770	31.814
1.02.04.01	Intangíveis	29.545	30.770	31.814

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	29.545	30.770	31.814

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	2.913.350	2.916.856	2.982.804
2.01	Passivo Circulante	156.773	143.063	137.851
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.781	744	995
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.781	744	995
2.01.02	Fornecedores	21.856	24.466	21.768
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	21.856	24.466	21.768
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.324	2.784	5.222
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.121	2.520	5.078
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	97	151	73
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	106	113	71
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	74.416	63.870	72.711
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	48.869	44.821	36.967
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	48.869	44.821	36.967
2.01.04.02	Debêntures	25.547	19.049	35.744
2.01.05	Outras Obrigações	12.073	0	0
2.01.05.02	Outros	12.073	0	0
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	12.073	0	0
2.01.06	Provisões	42.323	51.199	37.155
2.01.06.02	Outras Provisões	42.323	51.199	37.155
2.02	Passivo Não Circulante	1.413.576	1.469.552	1.485.522
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.327.095	1.371.783	1.386.511
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.055.165	1.089.526	1.123.075
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.055.165	1.089.526	1.123.075
2.02.01.02	Debêntures	271.930	282.257	263.436
2.02.04	Provisões	86.481	97.769	99.011
2.02.04.02	Outras Provisões	86.481	97.769	99.011
2.03	Patrimônio Líquido	1.343.001	1.304.241	1.359.431
2.03.01	Capital Social Realizado	1.304.241	2.234.136	2.234.136

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2.03.04	Reservas de Lucros	38.760	0	0
2.03.04.01	Reserva Legal	2.542	0	0
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	36.218	0	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-929.895	-874.705

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	358.342	341.162	309.785
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-209.847	-227.323	-239.447
3.03	Resultado Bruto	148.495	113.839	70.338
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	51.491	-69.613	-50.040
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.932	-14.356	-12.892
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	63.313	-55.257	-37.148
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	110	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	199.986	44.226	20.298
3.06	Resultado Financeiro	-122.998	-127.690	-136.737
3.06.01	Receitas Financeiras	31.488	29.995	31.068
3.06.02	Despesas Financeiras	-154.486	-157.685	-167.805
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	76.988	-83.464	-116.439
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-26.155	28.274	38.815
3.08.02	Diferido	-26.155	28.274	38.815
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	50.833	-55.190	-77.624
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	50.833	-55.190	-77.624
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,02275	-0,0247	-0,03474
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,02275	-0,0247	-0,03474

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	50.833	-55.190	-77.624
4.03	Resultado Abrangente do Período	50.833	-55.190	-77.624

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	55.744	11.330	85.710
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	213.072	178.544	156.611
6.01.01.01	Resultado do Período	50.833	-55.190	-77.624
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.155	-28.274	-38.815
6.01.01.03	Encargos da dívida	146.747	150.894	152.075
6.01.01.04	Reversão de provisão para redução ao valor recuperável - Impairment	-43.641	21.895	37.148
6.01.01.05	Provisão socioambiental - capex	149	344	9.015
6.01.01.06	Receitas financeiras das contas vinculadas	-11.235	-10.934	-8.519
6.01.01.07	Receitas financeiras sobre as aplicações	-7.187	-9.615	0
6.01.01.08	Provisões para contingências	7	21	8
6.01.01.09	Aumento das provisões por atualização monetária	-6.942	2.409	10.862
6.01.01.10	Depreciação e amortização	74.769	73.632	72.461
6.01.01.11	Contratos Onerosos	-16.583	33.362	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-36.779	-43.865	3.513
6.01.02.01	Adiantamentos	-382	448	-239
6.01.02.02	Tributos e contribuições a recuperar	8.313	-1.157	6.777
6.01.02.03	Contas a receber	-13.565	-11.470	-3.195
6.01.02.04	Despesas antecipadas	100	213	-2.056
6.01.02.05	Estoques	-2.301	-821	795
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-554	0	0
6.01.02.07	Outros ativos	1.037	-3.058	1.774
6.01.02.08	Fornecedores	-5.283	824	65
6.01.02.09	Tributos e contribuições a recolher	674	-2.244	306
6.01.02.10	Obrigações trabalhistas	1.037	-251	-229
6.01.02.11	Encargos setoriais	1.837	733	-2.114
6.01.02.12	Uso do bem público	-2.776	-2.651	-2.508
6.01.02.13	Obrigações especiais	0	9	282
6.01.02.14	Obrigações socioambientais	-26.672	-24.392	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01.02.15	Arrendamento mercantil	1.756	0	0
6.01.02.17	Outros passivos	0	-48	3.855
6.01.03	Outros	-120.549	-123.349	-74.414
6.01.03.01	Juros pagos na liquidação da dívida com o BNDES	-96.466	-99.135	-50.323
6.01.03.02	Juros pagos na liquidação da dívida com as Debêntures	-24.083	-24.214	-24.091
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-9.469	7.722	-31.338
6.02.01	Aplicações financeiras	31.570	-8.497	0
6.02.02	Adição de imobilizado	-13.625	-6.653	-16.066
6.02.03	Baixa de imobilizado	0	15	6
6.02.04	Adição de intangível	0	-154	-54
6.02.05	(Depósitos) saques de contas vinculadas	-27.414	23.011	-15.224
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-60.340	-51.114	-24.401
6.03.01	Captação financiamento - BNDES	1.119	0	981
6.03.02	Liquidação da dívida com o BNDES (principal)	-41.997	-38.287	-17.804
6.03.03	Liquidação da dívida com as Debêntures (principal)	-19.462	-12.827	-7.578
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-14.065	-32.062	29.971
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	43.624	75.686	121.791
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	29.559	43.624	151.762

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.234.136	0	0	-929.895	0	1.304.241
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.234.136	0	0	-929.895	0	1.304.241
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-929.895	0	0	917.822	0	-12.073
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-12.073	0	-12.073
5.04.08	Redução de Capital	-929.895	0	0	929.895	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	50.833	0	50.833
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	50.833	0	50.833
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	38.760	-38.760	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	38.760	-38.760	0	0
5.07	Saldos Finais	1.304.241	0	38.760	0	0	1.343.001

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.234.136	0	0	-874.705	0	1.359.431
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.234.136	0	0	-874.705	0	1.359.431
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-55.190	0	-55.190
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-55.190	0	-55.190
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.234.136	0	0	-929.895	0	1.304.241

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.234.136	0	0	-797.081	0	1.437.055
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.234.136	0	0	-797.081	0	1.437.055
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-77.624	0	-77.624
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-77.624	0	-77.624
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.234.136	0	0	-874.705	0	1.359.431

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.01	Receitas	436.026	391.194	356.759
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	435.915	391.152	356.759
7.01.02	Outras Receitas	111	42	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-147.477	-246.203	-236.775
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-185.293	-154.323	-153.168
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-25.491	-36.605	-46.401
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	63.313	-55.255	-37.148
7.02.04	Outros	-6	-20	-58
7.03	Valor Adicionado Bruto	288.549	144.991	119.984
7.04	Retenções	-74.769	-73.632	-72.461
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-74.769	-73.632	-72.461
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	213.780	71.359	47.523
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	31.488	29.995	31.068
7.06.02	Receitas Financeiras	31.488	29.995	31.068
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	245.268	101.354	78.591
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	245.268	101.354	78.591
7.08.01	Pessoal	10.231	9.728	11.293
7.08.01.01	Remuneração Direta	8.084	7.452	8.721
7.08.01.02	Benefícios	1.814	1.688	1.914
7.08.01.03	F.G.T.S.	333	588	658
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	29.518	-11.120	-23.104
7.08.02.01	Federais	29.512	-11.128	-23.108
7.08.02.02	Estaduais	3	5	2
7.08.02.03	Municipais	3	3	2
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	154.686	157.936	168.026
7.08.03.01	Juros	154.486	157.685	167.805
7.08.03.02	Aluguéis	200	251	221
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	50.833	-55.190	-77.624

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	50.833	-55.190	-77.624

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

Exercício de 2024

Divulgado em 21 de fevereiro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Introdução

A Companhia Energética Sinop S.A. (“Sinop Energia” ou “Companhia”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, anuncia hoje seu resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Além desse relatório, que atende os requerimentos estabelecidas pelo artigo 27 da Resolução CVM nº 80/2022 para o Relatório da Administração, a Companhia também disponibiliza as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. Os documentos supracitados estão à disposição para acesso público no *website* da área de Relações com Investidores da Sinop Energia, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB. Essas demonstrações financeiras consideram também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As comparações realizadas neste relatório levam em consideração os exercícios de 2024 e 2023, exceto quando informado diferentemente. Adicionalmente, as informações do Relatório da Administração estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Para maiores informações sobre o desempenho financeiro da Sinop Energia, além daquelas apresentadas a seguir, recomenda-se a leitura em conjunto com as notas explicativas que acompanham as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Destaques do Exercício:

- **Cumprimento dos Contratos de Fornecimento de Energia:** Todos os contratos de fornecimento de energia, tanto do Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) quanto do Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), foram integralmente atendidos. O volume total comercializado no período somou 2.187.124 MWh, sendo 1.895.587 MWh no ACR, 270.564 MWh no ACL e 20.972 MWh junto a CCEE, (2.008.264 MWh, sendo 1.890.408 MWh no ACR, 50.107 MWh no ACL 67.749 MWh junto a CCEE, em 2023).
- **Resultado Operacional:** A Companhia apresentou EBITDA no montante de R\$ 274.755 (R\$ 108.568, em 2023).
- **Investimentos capex:** A Companhia adicionou em seus ativos imobilizados o montante de R\$ 39.004 (R\$ 11.372, em 2023).
- **Operação Comercial:** a Usina atingiu 94,42% de disponibilidade (98,08%, em 2023). Redução decorrente da manutenção programada de 24.000 horas da Unidade Geradora 01.
- **Licença Operacional:** A Secretaria de Estado de Meio Ambiente renovou a licença de operação da UHE Sinop para os próximos 5 (cinco) anos. A renovação legitima as práticas e procedimentos utilizados pela Sinop Energia relativas ao acompanhamento de todos os programas ambientais e atendimento das condicionantes legais.
- **Risco de Crédito:** A Fitch Ratings afirmou o Rating Nacional de Longo Prazo “AA(bra)”, com perspectiva estável, AA(bra)”, da Companhia e de sua segunda emissão de debêntures.
- **Substituição da Diretoria Executiva:** Realizada, em 22 de maio de 2024, a Reunião do Conselho de Administração (RCA), a qual deliberou sobre a seguinte Ordem do Dia: aprovar a eleição do novo membro da Diretoria Executiva, sendo o Sr. Ramon Rodrigues Vieira de Carvalho, como Diretor para Assuntos Industriais, de Meio Ambiente e Fundiários / Diretor Presidente.
- **Semana + da Saúde, Segurança e Meio Ambiente:** Realização nos dias 3, 4 e 5 de julho, da Semana +, evento voltado para a importância da segurança, saúde e meio ambiente no trabalho em todas as atividades da Sinop Energia.
- **Projeto Meio Ambiente Itinerante:** Em julho, a Sinop Energia recebeu moção de aplausos da Câmara de Vereadores de Sinop pela participação no Projeto Meio Ambiente Itinerante, iniciativa de educação ambiental da Prefeitura de Sinop.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- **Manutenção Programada de 24.000 horas da Unidade Geradora 01:** Realizada com sucesso a parada de manutenção da UG-01, visando garantir a segurança e o pleno funcionamento do equipamento. Foram mobilizadas cerca de 195 pessoas e o apoio de 23 empresas na execução de mais de 180 atividades.
- **5 anos de operação comercial:** Em 17 de setembro, a Usina Hidrelétrica (UHE) Sinop completou, cinco anos de operação comercial. Além de gerar energia limpa e renovável para o Mato Grosso e o país, o empreendimento celebra inúmeras conquistas que contribuem efetivamente para desenvolvimento socioeconômico local e a preservação ambiental da região ao longo dos anos.
- **Agosto Lilás:** Durante o mês de agosto, a Companhia promoveu a campanha de conscientização e combate à violência contra a mulher. A Sinop Energia, responsável por administrar a Usina Hidrelétrica (UHE) Sinop e reconhecida pelo selo de "Empresa Amiga da Mulher".
- **Compliance:** Em agosto, foi realizado o *Compliance day*, reunindo todos os funcionários da Sinop Energia para reforçar o compromisso com a Lei Anticorrupção (LAC).
- **Assembleia Geral Extraordinária:** Realizada, em 15 de agosto de 2024, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a qual deliberou sobre a seguinte Ordem do Dia: aprovar a eleição de novo membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia, Sr. Jailson Araújo de Lima Júnior, como representante da acionista Eletrobras Chesf.
- **Setembro Amarelo:** Durante o mês de setembro, a Cia promoveu a campanha de conscientização e prevenção ao suicídio.
- **Sustentabilidade:** Em setembro, a Sinop Energia neutraliza emissões de CO2 da etapa estadual de hipismo realizado no Tedi Horse Centro Hípico de Sinop. A Cia doou para o evento, Certificados de Energia Renovável, conhecidos como I-RECs, emitidos pela Usina Hidrelétrica (UHE) Sinop, de propriedade da companhia.
- **Outubro rosa:** Em Outubro, a Sinop Energia realizou um bate papo em alusão ao Outubro rosa. O encontro contou com a presença da Dra. Sílvia Nardoza, oncologista e a psicóloga Priscila Azevedo.
- **SELO GPTW:** Pela primeira vez, a Sinop Energia recebeu o selo Great Place to Work (GPTW), que certifica as empresas que são consideradas, pelos seus próprios funcionários, como um “excelente lugar para se trabalhar”. A pesquisa contou com a participação de 100% dos colaboradores, que atestaram o bom ambiente corporativo. Essa certificação fortalece o compromisso da Sinop Energia com um ambiente de trabalho que promove o bem-estar, colaboração e desenvolvimento para todos.
- **Brigada de Incêndio:** 12 (doze) profissionais do escritório sede da Sinop Energia, participaram do treinamento de reciclagem dos brigadistas da unidade. A capacitação tem o objetivo de atualizar e reforçar os conhecimentos e habilidades dos brigadistas da empresa, para que estejam sempre aptos para agir em emergências, como incêndios e acidentes.
- **Assembleia Geral Extraordinária:** Realizada, em 28 de outubro de 2024, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a qual deliberou sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** redução do capital social da Companhia, sem cancelamento de ações, para absorção da totalidade dos prejuízos acumulados, com a consequente alteração do caput do art. 5º do Estatuto Social; **(ii)** consolidação do Estatuto Social da Companhia; **(iii)** eleição de 1 (um) membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e **(iv)** autorização para os administradores praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima.
- **Compliance:** A Sinop Energia reuniu seus funcionários para reforçar as boas práticas de *compliance* a respeito do relacionamento com agentes públicos. O momento, que faz parte do plano de comunicação e mitigação de riscos da Cia, foi conduzido pelo *Compliance Officer* da empresa, Rafael Costa.
- **Novembro azul:** Em novembro, os colaboradores que atuam no escritório sede e na Usina Hidrelétrica, receberam uma palestra especial sobre a prevenção ao câncer de próstata, contando com a participação do Dr. Christiano Dornelles, que conduziu o bate papo, abordando aspectos essenciais sobre prevenção, diagnóstico precoce e cuidados necessários.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- ISO 45001:** Sinop Energia consolida seu compromisso com a saúde e segurança ocupacional, sendo aprovado na primeira auditoria de manutenção da certificação da ISO 45001:2018. Inicialmente conquistada em novembro de 2023, a certificação foi novamente validada após rigorosa avaliação conduzida pela Bureau Veritas, uma das principais certificadoras independentes do segmento. Para manter a certificação, a Sinop Energia investe na identificação e controle proativo dos riscos, no treinamento de equipes e na atualização de processos, sempre monitorando indicadores de desempenho.
- Arborização Urbana:** Sinop Energia reforça seu compromisso socioambiental com a doação de 2.650 mudas para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente. São mudas nativas, frutíferas e ornamentais que estão sendo usadas na arborização do município. A ação contou com a participação de colaboradores da Sinop Energia que participaram do primeiro dia, realizando o plantio de 400 mudas na avenida André Maggi, em Sinop/MT.
- Nova Outorga de direito de uso de recursos hídricos:** Emitida a nova Outorga Nº 3038, de 6 de dezembro de 2024, contendo uma nova vazão mínima remanescente de 173m³/s (ante 272m³/s na Outorga anterior).

Sobre a Sinop Energia

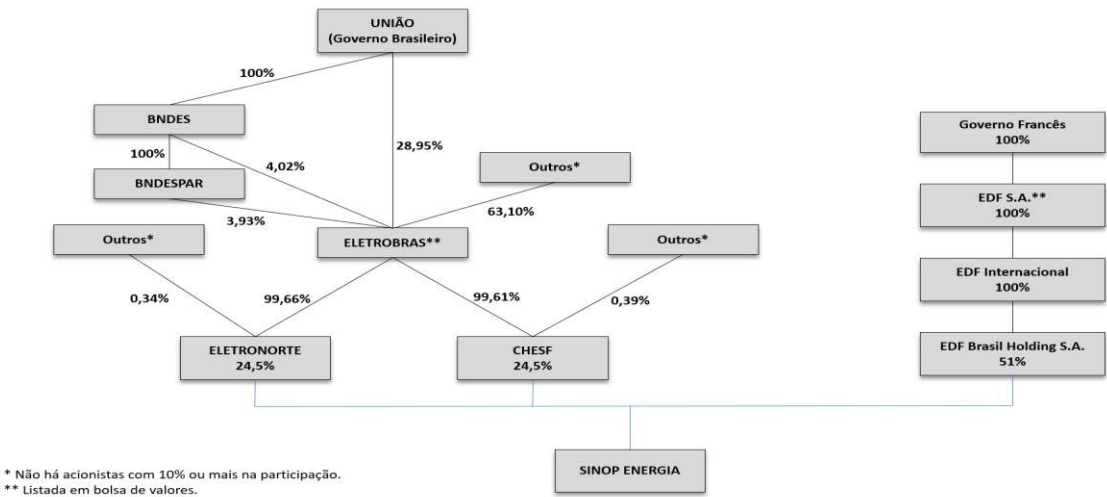
Em 29 de agosto de 2013, a Companhia venceu o Leilão nº 006/2013 da ANEEL e, subsequentemente, em 26 de fevereiro de 2014, celebrou o Contrato de Concessão nº 01/2014 com a União, representada pelo Ministério de Minas e Energia, cujo objeto é a definição das condições para a exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. De acordo com o estipulado no 1º Aditivo ao Contrato de Concessão, celebrado em 19 de outubro de 2018, o prazo da concessão foi prorrogado para 28 de janeiro de 2050.

A Sinop Energia é uma sociedade de propósito específico e, portanto, tem como objeto social exclusivo, a construção, manutenção e operação da Usina Hidrelétrica Sinop, incluindo a comercialização da energia gerada pela Usina. O Empreendimento é localizado no rio Teles Pires, nas divisas dos municípios de Cláudia (margem direita do rio) e Itaúba (margem esquerda do rio), estado de Mato Grosso. O projeto da UHE Sinop foi desenvolvido considerando o estudo de viabilidade da Usina de maneira que seus possíveis impactos sejam minimizados por uma série de programas socioambientais, constantes no Projeto Básico Ambiental.

O empreendimento conta com a longa e consolidada experiência de seus três acionistas, referências nacionais e internacionais no segmento de geração de energia: (a) EDF Brasil Holding S.A, com 51% de participação no capital social; (b) Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (“ELETRONORTE”), com 24,5%; e (c) Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. (“CHESF”), também com 24,5%, sendo que a ELETRONORTE e CHESF são empresas controladas pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A (“Eletrobras”).

No Brasil, os acionistas operam empreendimentos de geração a partir de fontes convencionais, como termelétricas e, ainda, fontes de geração renováveis, tais como usinas hidrelétricas, usinas eólicas e energia solar, dentre outras.

Estrutura Societária
(em 31 de dezembro de 2024)



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Composição da Administração

Conselho de Administração

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Antônio Augusto Bechara Pardauil <i>Presidente do Conselho de Administração</i>	Gilberto Tannús Elias <i>Membro Suplente</i>
Tiago Barbosa Diniz <i>Membro Efetivo</i>	Edinaldo Pereira de Lima <i>Membro Suplente</i>
Pierre Stéphane Bernard <i>Membro Efetivo</i>	Verônica Vara Eiriz <i>Membro Suplente</i>
Thierry Marc Rene Caillaud <i>Membro Efetivo</i>	Elisabeth Gameiro <i>Membro Suplente</i>

Conselho Fiscal

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Suellen Pereira Cyrne <i>Presidente do Conselho Fiscal</i>	Fernando de Andrade Paladino <i>Membro Suplente</i>
Washington Martins da Silva <i>Membro Efetivo</i>	Jailson Araújo de Lima Júnior <i>Membro Suplente</i>
André Luiz Amaral dos Santos <i>Membro Efetivo</i>	Jairo Machado de Oliveira <i>Membro Suplente</i>

Diretoria Estatutária

Membro da Diretoria Estatutária	Cargo
Ramon Rodrigues Vieira de Carvalho	Diretor Presidente / Diretor para Assuntos Industriais, de Meio Ambiente e Fundiários
Sergio Carvalho Aguiar	Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores

Contador

Alessandro Camilo da Silva	CRCMT 005078
----------------------------	--------------

Informações Operacionais

A Usina Hidrelétrica Sinop tem potência instalada de 401,88 MW, com reservatório formado com área de inundação de 342,82 km² em seu Nível de Água Máximo Normal e Área de Preservação Permanente de 114,52 km², abrangendo parcialmente as áreas de cinco municípios: Cláudia, Ipiranga do Norte, Itaúba, Sinop e Sorriso, todos situados no estado de Mato Grosso. A geração de energia elétrica pela UHE Sinop atende ao consumo de 1,5 milhão de pessoas, equivalente a aproximadamente 50% da população do estado de Mato Grosso.

A garantia física de energia da UHE Sinop foi fixada em 242,8 MW médios pelos termos da Portaria nº 2 emitida pela MME em 08 janeiro de 2018. A energia gerada pela UHE Sinop é comercializada de acordo com o quadro abaixo, sendo que 91,2% da Garantia Física está contratada.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Destinação da energia gerada

Categoria/Mercado	Período Contratual de Suprimento	Sinal	Volume de Energia (MWmédios)
Garantia Física	Não aplicável	+	242,8
Ambiente de Contratação Regulada (A-5; 2013) <i>Contraparte: 34 Clientes Terceiros</i>	01/12/18 - 30/11/48	-	215,8
Ambiente de Contratação Livre <i>Contraparte: CHESF (acionista)</i>	01/01/19 - 31/12/47	-	2,86
Ambiente de Contratação Livre <i>Contraparte: ELETRONORTE (acionista)</i>	01/01/19 - 31/12/47	-	2,86
Energia Descontratada	Não aplicável	=	21,28

Valores Mobiliários da Companhia

Em 31 de dezembro de 2024 o valor total de capital social integralizado é de R\$ 1.304.242.416, e (R\$ 2.234.136, em 31 de dezembro de 2023), que compreendem 2.234.136.000 (dois bilhões, duzentos e trinta e quatro milhões, cento e trinta e seis mil) ações ordinárias nominativas (“Ações ON”) sem valor nominal. Para maiores detalhes, consultar Nota Explicativa nº 21.

Ações Socioambientais

Com a emissão da nova Licença de Operação (LO) nº 332116/2024 e Parecer Técnico nº 176879/CEE/SUIMIS/2024, a UHE Sinop, garantiu a continuidade de suas operações pelos próximos 5 (cinco) anos. Essa renovação representa um marco importante para o desenvolvimento sustentável da região, assegurando o fornecimento de energia elétrica para milhões de consumidores e fortalecendo a economia local.

Os programas ambientais estabelecidos no processo de licenciamento ambiental para a Etapa de Operação do empreendimento permanecem sendo realizados em conformidade com o cronograma definido junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA/MT), inclusive as ações vinculadas ao Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD, com a recuperação de parte das áreas utilizadas como canteiro de obras do empreendimento e restauração das Áreas de Preservação Permanente – APP no entorno do reservatório, já cumpridos 650 hectares entre 2021 e 2024.

Indicadores e índices Econômico-financeiros

	Unidade	2024	2023	Absoluta	%
Energia Comercializada (ACR)	MWh	1.895.587	1.890.408	5.179	0,3%
Energia Comercializada (ACL)	MWh	403.044	50.107	352.937	704,4%
Energia Comercializada (CCEE)	MWh	20.972	67.749	(46.777)	(69,0%)
Receita líquida com venda de energia elétrica	R\$, mil	358.342	341.124	17.218	5,0%
Margem bruta	%	41,4%	33,4%	8,1%	24,2%
Resultado líquido do exercício	R\$, mil	50.833	(55.190)	106.023	192,1%
Margem líquida	%	14,2%	(16,2%)	30,4%	187,7%

	Unidade	2024	2023	Absoluta	%
Investimentos (capex)	R\$, mil	39.004	11.372	27.632	243,0%
Endividamento	R\$, mil	1.401.511	1.435.653	(34.142)	(2,4%)
BNDES	R\$, mil	1.104.034	1.134.347	(30.313)	(2,7%)
Debêntures	R\$, mil	297.477	301.306	(3.829)	(1,3%)
Dívida líquida ¹	R\$, mil	1.302.147	1.297.841	4.306	0,3%
Índice de capital próprio (ICP) ²	%	46,1%	44,7%	1,4%	3,1%
Índice de liquidez corrente (ILC) ³		1,1	1,5	(0,4)	(26,5%)
Número de empregados próprios ⁴		31	32	(1)	(3,1%)
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação	R\$	0,02275	(0,02470)	0,04745	192,1%
Quantidade de ações ⁵	Mil	2.234.136	2.234.136	-	-

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

1.

A dívida líquida é equivalente ao Endividamento menos o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras com resgate imediato.
2.

Índice de Capital Próprio (ICP): Patrimônio líquido / Ativo total.
3.

Índice de Liquidez Corrente (ILC): Ativo circulante/Passivo circulante.
4.

Posição no final do exercício.
5.

Média ponderada de ações ordinárias.

Endividamento Líquido e Grau de Liquidez

Evolução dos principais indicadores de alavancagem e liquidez no exercício.

	2024	2023
Financiamento BNDES	1.104.034	1.134.347
Circulante	48.869	44.821
Não Circulante	1.055.165	1.089.526
Debêntures	297.477	301.306
Circulante	25.547	19.049
Não Circulante	271.930	282.257
Endividamento bruto	1.401.511	1.435.653
(-) Caixa e equivalentes de caixa ¹	(99.364)	(137.812)
Endividamento líquido²	1.302.147	1.297.841
Patrimônio líquido	1.343.001	1.304.241
Ativo total	2.913.350	2.916.856
Índice de capital próprio³	0,46	0,45
Ativo circulante	169.319	210.141
Passivo circulante	156.773	143.063
Índice de liquidez corrente⁴	1,1	1,5

- 1) As aplicações financeiras são resgatáveis em qualquer momento sem redução do valor pactuado.
- 2) Endividamento líquido / (Endividamento líquido + Patrimônio líquido)
- 3) Patrimônio líquido / Ativo total
- 4) Ativo circulante / Passivo circulante

Custos operacionais - Nota Explicativa nº 23

Os custos com geração de energia elétrica apresentaram uma redução de 7,7% no exercício de 2024 comparada com o mesmo exercício do ano anterior.

Adicionalmente, a rubrica “Seguro do risco hidrológico” apresentou uma redução de 40,2% no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 comparada com o mesmo exercício do ano anterior, motivada pelo reconhecimento dos créditos de Pis e COFINS entre os períodos de setembro de 2019 a maio de 2024. E a partir deste período permanecendo como créditos recorrentes.

	2024	2023	Var. %
Depreciações e amortizações	(74.535)	(73.466)	1,5%
Encargos de uso do sistema de transmissão – EUST	(54.990)	(53.187)	3,4%
Energia elétrica comprada para revenda (*)	(48.181)	(48.772)	(1,2%)
Serviços de terceiros (a)	(18.308)	(25.088)	(27,0%)
Seguro de risco hidrológico	(16.969)	(28.393)	(40,2%)
Outros	(3.333)	(4.853)	(31,3%)
Pessoal, encargos e benefícios (b)	(2.982)	(2.841)	5,0%
(-) Créditos de Pis e Cofins sobre depreciações e amortizações	9.451	9.277	1,9%
Total	(209.847)	(227.323)	(7,7%)

(*) Considera o aporte financeiro junto a CCEE e os tributos sobre a compra de energia elétrica (PIS e Cofins).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(a) Serviços de terceiros

Os custos com os serviços de terceiros apresentaram uma redução de 27% acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 comparada com mesmo exercício do ano anterior.

	2024	2023	Var. %
Gastos de O&M da Usina	(15.287)	(17.876)	(14,5%)
Outros	(2.314)	(2.506)	(7,7%)
Programas socioambientais (i)	(707)	(4.706)	(85,0%)
Total	(18.308)	(25.088)	(27,0%)

(i) Redução significativa representada pela contabilização, em 2023, nos resultados da Companhia e em 2024 reconhecidos no imobilizado, definido em maio de 2024, na renovação da Licença de Operação.

(b) Custos com pessoal, encargos e benefícios – área técnica (O&M e socioambiental)

Os custos com remuneração de pessoal, encargos e benefícios apresentaram um aumento de 5% acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 comparado com o mesmo exercício do ano anterior, impactado, principalmente pela rubrica “Participação nos Lucros e Resultados – PLR”.

	2024	2023	Var. %
Remuneração de empregados	(1.332)	(1.396)	(4,6%)
Encargos trabalhistas	(892)	(897)	(0,6%)
Benefícios a empregados	(508)	(548)	(7,3%)
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	(250)	-	-
Total	(2.982)	(2.841)	5,0%

Despesas gerais e administrativas – Nota Explicativa nº 24

Os gastos deste grupo de contas apresentaram uma redução de 16,9% acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 comparada com o mesmo exercício do ano anterior, representadas principalmente pela rubrica “Outros”

	2024	2023	Var. %
Pessoal, encargos e benefícios (a)	(7.249)	(6.887)	5,3%
Serviços de terceiros (b)	(3.015)	(3.233)	(6,7%)
Outros	(1.455)	(4.085)	(64,4%)
Depreciações e amortizações	(234)	(166)	41,0%
(-) Créditos de Pis e Cofins sobre depreciações e amortizações	21	15	40,0%
Total	(11.932)	(14.356)	(16,9%)

(a) Despesas com pessoal, encargos e benefícios – área administrativa e diretoria

A Companhia mantém a quantidade de dezessete (17) de colaboradores no final de 2024 e dezenove (19), no final de 2023.

Os custos com remuneração de pessoal, encargos e benefícios apresentaram um aumento de 5,3% acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 comparado com o mesmo exercício do ano anterior, impactado, principalmente pela rubrica “Participação nos Lucros e Resultados – PLR”.

	2024	2023	Var. %
Remuneração de empregados	(3.647)	(3.706)	(1,6%)
Benefícios a empregados	(1.306)	(1.117)	16,9%
Encargos trabalhistas	(1.719)	(2.064)	(16,7%)
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	(577)	-	-
Total	(7.249)	(6.887)	5,3%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(b) Serviços de terceiros administrativos e gerais

Os gastos deste grupo de contas apresentaram uma redução de 6,7% acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 comparada com o mesmo exercício do ano anterior, representados significativamente pelas rubricas “Consultorias, honorários advocatícios e contábeis”.

	2024	2023	Var. %
Consultorias, honorários advocatícios e contábeis	(2.172)	(2.351)	(7,6%)
Manutenção e instalação de equipamentos e sistema ERP	(413)	(397)	4,0%
Outros	(278)	(246)	13,0%
Telefonia, internet, água e energia elétrica	(146)	(148)	(1,4%)
Monitoramento e vigilância	(6)	(91)	(93,4%)
Total	(3.015)	(3.233)	(6,7%)

Declaração sobre serviços prestados pelos Auditores Independentes

Em conformidade com a Resolução CVM nº 23 de 25 de fevereiro de 2021, A Companhia declara que mantém contrato com a PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (“PwC”), firmado em 03 de abril de 2024, para a emissão do relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2024 e os relatórios sobre as informações contábeis intermediárias contemplando os balanços patrimoniais do período findo em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2024. A PriceWaterhouseCoopers presta serviços apenas dedicados às revisões trimestrais e auditoria anual. Esclarecemos que a Companhia adere aos seguintes princípios quanto à contratação do auditor independente: (i) o auditor não realiza auditoria do seu próprio trabalho/relatório; (ii) o auditor não exerce funções gerenciais na Companhia; e (iii) o auditor não promove ou representa os interesses da Sinop Energia.

As informações apresentadas no Relatório da Administração e nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2024 e demonstrações financeiras auditadas referentes a 31 de dezembro de 2023. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

Declarações da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 27, parágrafo 1º, incisos v e vi, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores declaram que discutiram, reviram e concordaram com as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e com a conclusão expressa no Relatório dos auditores sobre a revisão das demonstrações financeiras da PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda (PwC), referente às mesmas.

Mensagem da Administração

É com satisfação que apresentamos este relatório, que marca um ano de conquistas importantes para a Companhia. Alcançamos um índice de disponibilidade de 94,42%, reflexo de nosso compromisso com a excelência operacional, mesmo diante da desafiadora manutenção programada da Unidade Geradora 01. A renovação de nossa licença de operação e a afirmação do nosso rating de crédito pela Fitch Ratings são testemunhos da solidez de nossa gestão e da confiança do mercado em nossa trajetória.

Celebramos cinco anos de operação comercial, um marco que reforça nossa relevância para o setor energético e nosso impacto positivo na sociedade. Para além da geração de energia limpa e renovável, investimos em projetos que promovem o desenvolvimento socioeconômico e a preservação ambiental, como o Projeto Meio Ambiente Itinerante e nosso engajamento em campanhas de conscientização.

A Companhia também demonstra um comprometimento com a transparência e ética, como evidenciado pela realização do Compliance Day, além da manutenção da ISO 45001 e a conquista do selo GPTW, que reconhecem nosso compromisso com a segurança e o bem-estar de nossos colaboradores.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Aos colaboradores, nosso reconhecimento pela entrega e profissionalismo. Aos parceiros, nossa gratidão pela confiança. E aos acionistas, nossos sinceros agradecimentos pelo apoio incansável e importante contribuição para o sucesso desse projeto, e reafirmamos nosso compromisso em gerar valor de forma sustentável e responsável.

Agradecimento a Deus por nos inspirar diariamente e nos manter firmes em nossos propósitos.

Diretoria da Sinop Energia

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

A Companhia Energética Sinop S.A. (“Companhia” ou “Sinop Energia”) é uma sociedade anônima, com objeto social exclusivo a construção, implantação, operação, manutenção e exploração da UHE Sinop, de capital aberto, categoria “B”, constituída em 28 de outubro de 2013.

O controle é exercido de forma compartilhada entre a EDF Brasil Holding S.A., que detém 51% das ações da Companhia e Centrais Elétricas do Brasil S.A. – Eletrobras, que detém 49% das ações através de suas controladas Centrais Elétricas do Norte – Eletronorte e Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF, nos termos do Acordo de Acionista (Acordo), do qual todos os acionistas fazem parte (Nota Explicativa nº 21), respeitando os termos do art. 118 da Lei nº 6.404/76.

A Sinop Energia observa as normas específicas para os geradores de energia estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL” ou “Agência Reguladora”) e pelo Ministério de Minas e Energia (“MME” ou “Poder Concedente”) e cabe ao Governo Federal, através da atuação da Agência Reguladora e do Poder Concedente, regular e fiscalizar as atividades da Companhia. A concessão para a operação e a implantação do Empreendimento foi estabelecida a partir do Leilão nº 006/2013 da ANEEL, realizado em 29 de agosto de 2013.

Subsequentemente, em 26 de fevereiro de 2014, a Companhia celebrou Contrato de Concessão nº 01/2014 com a União através do Ministério de Minas e Energia para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos, a partir da assinatura do referido contrato, tendo em vista a sua condição de produtor independente de energia elétrica. De acordo como o estipulado no 1º Aditivo ao Contrato de Concessão, celebrado em 19 de outubro de 2018, o prazo da concessão foi prorrogado para 28 de janeiro de 2050.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (*IFRS® Accounting Standards*)), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (*IFRIC® Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC® Interpretations*). Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Notas Explicativas

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Na preparação destas Demonstrações Financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 21 de fevereiro de 2025.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas nas notas explicativas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na Nota Explicativa nº 28 - Gestão de riscos dos instrumentos financeiros.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Notas Explicativas

Nota explicativa nº 11 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: Disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

Notas explicativas nº 12 e nº 13 - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizado e intangíveis: Principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;

Notas explicativas nº 18 e nº 20 - Reconhecimento e mensuração de provisões socioambientais e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

Notas explicativas nº 19 – contratos onerosos: A Companhia utiliza-se de premissas relacionadas aos custos e benefícios econômicos de cada contrato para a determinação da existência ou não de um contrato oneroso. No caso de compromissos de compra de energia, uma das estimativas críticas na determinação do montante de provisão para a venda futura do contrato é o PLD considerado nos fluxos de caixa, sendo que a Companhia utiliza como base, para a parcela não contratada de energia, o PLD futuro utilizado no cálculo de Impairment. Os valores reais do PLD podem ser superiores ou inferiores aos das premissas utilizadas pela Companhia.

c. Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou o passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 28 - Gestão de risco dos instrumentos financeiros.

2.4 Julgamento da administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de concessões de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo (iii) geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto às instituições financeiras; A Companhia possui um fluxo de caixa consistente

Notas Explicativas

que garantiu os fluxos de pagamento desses períodos, já que parte dos prejuízos são contábeis e não de caixa.

3 Principais mudanças nas políticas contábeis

A Companhia não identificou mudanças nas políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras, as quais são as mesmas adotadas na preparação das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

5 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

b. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores provenientes da venda de energia elétrica. (Nota Explicativa nº 8). São mensuradas ao custo amortizado.

c. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, que inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido da depreciação e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos foram vinculados ao Empreendimento e capitalizados durante o exercício em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estavam sendo executadas, conforme disciplinam os CPCs 20 (R1) e 27 (Nota Explicativa nº 12).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo imobilizado formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesa financeira.

Depreciação de ativos tangíveis

A depreciação é calculada para reduzir o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e iniciou, para os bens unitizados, partir do mês de outubro de 2019, quando a ANEEL emitiu o Despacho nº 2.854, a qual liberou a unidade geradora UG01 para início da operação comercial (Nota Explicativa nº 12).

Notas Explicativas

Terrenos são depreciados, conforme instrução da ANEEL em seu Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Benfeitorias	30 anos
Máquinas e equipamentos	27 anos
Móveis e utensílios	16 anos
Reservatórios e barragens	30 anos
Terrenos	30 anos
Veículos	7 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são determinados pelas Resoluções Normativas nºs 367/2009 e 674/2015 da ANEEL. A Companhia considera que a vida útil estimada de cada ativo é semelhante às taxas de depreciação determinadas pela ANEEL, e expressa adequadamente, na opinião da Administração, o tempo de vida útil dos bens.

Além das taxas determinadas pela ANEEL, para os itens que ultrapassam o período de concessão, a Companhia utiliza taxas de depreciação que refletem o período de concessão, visto que, de acordo com o termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculadas à UHE passarão a integrar o patrimônio da União, não havendo indenização ao fim da concessão.

d. Intangível

Ativos intangíveis com vidas úteis definidas, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

Os montantes relacionados ao UBP – Utilização de Bem Público foram determinados com base no valor presente do fluxo de pagamentos desse direito de exploração do potencial hidráulico.

Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para torná-los prontos para serem utilizados, amortizados durante sua vida útil estimável.

Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Amortização de ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vidas úteis definidas são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos, e para os itens que ultrapassam o período de concessão, a Companhia utiliza taxas de amortização que refletem o período de concessão, visto que, de acordo com o termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculadas à UHE passarão a integrar o patrimônio da União, não havendo indenização ao fim da concessão.

Os montantes relacionados ao UBP foram determinados com base no valor presente do fluxo de pagamentos desse direito de exploração do potencial hidráulico, fiscalizada pela ANEEL, e a amortização iniciou quando da entrega da energia objeto do CCEAR.

Notas Explicativas

e. Classificação entre circulante e não circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 (doze) meses subsequentes à data das demonstrações financeiras são considerados como não circulantes.

f. Perda por redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Notas Explicativas

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em termos que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em outros resultados abrangentes (ORA).

g. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o resultado tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Notas Explicativas

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

h. Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação passa a ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 e consideram as premissas definidas pela Administração da Companhia e seus assessores jurídicos (Notas Explicativas nº 14, 18 e 20).

Notas Explicativas

i. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 (doze) meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurados pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros (Nota Explicativa nº 14).

j. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, ou capitalizados (conforme o caso), utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante e não circulante, caso a Companhia tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 (doze) meses após a data do balanço (Nota Explicativa nº 15 e 16).

Os custos de empréstimos e financiamentos, diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo que requeira um tempo significativo para ser concluído para fins de uso, são capitalizados de forma líquida como parte do custo do correspondente ativo.

Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados em despesa no exercício em que ocorrerem. Custos de empréstimos e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos por uma companhia em conexão com o empréstimo.

k. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são efetuadas com base nas condições estabelecidas contratualmente entre as partes. A Companhia possui contratos de venda de energia, utilização da rede de transmissão, e operação e manutenção da UHE junto às partes relacionadas. Os valores, prazos e taxas estão definidas em contrato (Nota Explicativa nº 26).

l. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Notas Explicativas

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Notas Explicativas

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

m. Receita operacional

Corresponde, majoritariamente, às receitas relacionadas à venda de energia de curto prazo e às vendas de energia no mercado de longo prazo (CCEAR), no âmbito da CCEE e receitas relacionadas às operações de comercialização de energia, no âmbito de CCEAL (“Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente de Contratação Livre”).

n. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- Multas e crédito de imposto de renda de aplicação financeira não compensado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo.

o. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board (‘IASB’) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (‘CPC’), aplicáveis à Companhia, são os seguintes:

Norma	Descrição de alteração	Vigência
IAS 1 / CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Financeiras	Alteração referente a classificação e divulgação de passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. O passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do exercício de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o exercício de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do exercício de reporte devem afetar a classificação de um passivo circulante ou não circulante.	01/01/2024
IFRS 16 / CPC 6 (R2)	Alteração referente a requerimentos que especificam que o vendedor arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda, de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024
IFRS 18	O IASB publicou a nova norma IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras, que substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027 e a Companhia está avaliando os potenciais impactos decorrentes	01/01/2027

Notas Explicativas

Norma	Descrição de alteração	Vigência
IFRS 7 (CPC 40)	desta norma na apresentação e divulgações das Demonstrações Financeiras. As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo. A norma exige que empresas divulguem informações detalhadas sobre instrumentos financeiros, aumentando a transparência e facilitando a avaliação de riscos. Isso significa divulgar informações sobre instrumentos complexos como derivativos e contratos de energia, impactando a gestão de riscos e exigindo sistemas e controles robustos. A IFRS 7 estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2026 e a Companhia está avaliando os potenciais impactos decorrentes desta norma na apresentação e divulgações das Demonstrações Financeiras	01/01/2026
IFRS 9 (CPC 48)	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança. Esta implementação, introduz o modelo de perdas esperadas para ativos financeiros, impactando empresas com grande volume de contas a receber. Isso pode levar ao aumento de provisões para perdas, exigindo novos modelos de cálculo e impactando resultados, mas também aumenta a transparência e pode melhorar a gestão de risco de crédito a longo prazo. A Administração avalia o impacto para desenvolver modelos, investir em tecnologia e monitorar seus resultados para implementação da norma de forma eficaz. A IFRS 9 estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2026 e a Companhia está avaliando os potenciais impactos decorrentes desta norma na apresentação e divulgações das Demonstrações Financeiras	01/01/2026

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2024 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Fundo fixo de caixa	2	2
Conta corrente	4.476	2.515
Aplicações financeiras de curto prazo	25.081	41.107
	<u>29.559</u>	<u>43.624</u>

O caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, e são utilizados para pagamento das obrigações de curto prazo da Companhia e não possuem restrição de uso.

Em junho de 2024, a Companhia transferiu R\$ 31.574 para a conta reserva adicional (fundos vinculados) no ativo não circulante, para cumprimento de cláusulas contratuais com os financiadores.

Notas Explicativas

7 Aplicações financeiras

	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações em Fundos DI	69.805	94.188
	<u>69.805</u>	<u>94.188</u>

As aplicações financeiras correspondem a fundos de investimentos em títulos públicos de longo prazo, que são realizadas com instituições do mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do CDI (entre 99% e 106% do CDI).

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 28.

8 Contas a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante (i)		
Contas a receber de clientes	45.083	51.542
Partes relacionadas	<u>1.034</u>	<u>992</u>
	<u>46.117</u>	<u>52.534</u>
Não circulante (ii)		
Contas a receber de clientes	<u>19.982</u>	<u>-</u>
	<u>19.982</u>	<u>-</u>
	<u>66.099</u>	<u>52.534</u>

Referem-se, substancialmente:

(i) Vendas a prazo de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) R\$ 45.083 (R\$ 51.542 em 31 de dezembro de 2023); e no Ambiente de Contratação Livre (ACL) bilaterais para partes relacionadas R\$ 1.034 (R\$ 992 em 31 de dezembro de 2023);

(ii) Contas a receber decorrentes de operações com comercializadora de energia com saldo líquido a receber de R\$ 19.982.

Não há saldos em contas a receber vencidos por mais de 30 dias.

9 Tributos e contribuições a recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a recuperar	9.377	7.736
Programa de Integração Social (PIS) a recuperar	2.034	1.528
Imposto de renda a recuperar	6.436	22
IR e CS antecipação	1.133	-
Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços (ICMS) antecipado	-	241
	<u>18.980</u>	<u>9.527</u>

Notas Explicativas

Circulante	31/12/2024	31/12/2023
Não circulante	31/12/2024	31/12/2023
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF)	9.767	20.316
Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços (ICMS) antecipado	241	-
	10.008	20.316
	28.988	29.843

10 Fundos vinculados

	31/12/2024	31/12/2023
(i) Referentes aos empréstimos BNDES		
Conta reserva	34.985	39.521
Conta centralizadora	11.594	11.501
	46.579	51.022
(ii) Referentes às debêntures		
Conta reserva	38.034	31.442
Conta reserva adicional	38.031	-
Conta de pagamento	8.754	10.860
	84.819	42.302
(iii) Referente ao CUST		
Conta centralizadora	6.258	5.683
	6.258	5.683
	137.656	99.007

(i) Referentes aos financiamentos BNDES

Conta centralizadora

Na conta centralizadora, cuja movimentação é realizada exclusivamente pelo banco administrador (Bradesco), são depositados todos os recursos provenientes dos direitos cedidos previstos no contrato de financiamento com o BNDES, sendo que esses direitos são compartilhados com os detentores das debêntures da segunda emissão da Companhia.

Conta reserva

A conta reserva do financiamento deve ser composta por 3 (três) vezes o valor das prestações mensais de amortização vincenda do serviço da dívida a partir de 15 de julho de 2018 e será mantida até o final da liquidação de todas as obrigações assumidas, conforme estabelecido no Contrato de Financiamento com o BNDES, Cláusula Décima, “Garantias da Operação, item II – Cessão Fiduciária dos Direitos Emergentes da Concessão e dos Direitos Creditórios”.

Notas Explicativas

(ii) Referentes às debêntures

Conta reserva
A conta reserva das debêntures deve ser composta pelo saldo correspondente a, no mínimo, 1 (uma) vez o valor da parcela de juros debêntures e 1 (uma) vez o valor da parcela de amortização das debêntures, a partir de 15 (quinze) de junho de 2019.

Conta reserva adicional
A conta reserva das debêntures deve ser composta pelo saldo correspondente a 1 (uma) vez o valor da parcela de juros debêntures e 1 (uma) vez o valor da parcela de amortização das debêntures, a partir de 15 (quinze) de julho de 2019, caso a Companhia apresente um Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), anual, inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), conforme apresentado na Nota Explicativa nº 16.

Conta pagamento
Deverá ser transferido da conta centralizadora para a Conta Pagamento o valor mensal das debêntures: (i) até 30 (trinta) de junho de 2020, a partir do período de 6 (seis) meses anteriores ao vencimento da parcela debêntures, o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de juros das debêntures e o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de amortização das debêntures, até o preenchimento do saldo integral mínimo da conta pagamento das debêntures; (ii) após 30 (trinta) de junho de 2020, (ii.1) a partir do período de 6 (seis) meses anteriores ao vencimento da parcela de juros das debêntures, o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de juros das debêntures, (ii.2) a partir do período de 12 (doze) meses anteriores ao vencimento da parcela de amortização das debêntures, o valor correspondente a 1/12 (um doze avos) da parcela de amortização das debêntures; até o preenchimento do saldo integral mínimo da conta pagamento das debêntures.

(iii) Referente ao Contrato de Uso do Sistema de Transmissão

Mantida junto ao Banco Bradesco, utilizada para garantia do pagamento dos encargos do CUST.

A Constituição de Garantias prevê a manutenção de duas contas vinculadas, sob titularidade da Companhia, sendo elas a Conta vinculada centralizadora e a Conta vinculada Especial. Em caso de inadimplência, a Concessionária de Transmissão ou o ONS, conforme o caso, informará à Companhia, para que quite o seu débito, com os respectivos acréscimos moratórios. Não havendo, por parte da Companhia, a quitação do débito, conforme a data estabelecida no contrato, a Concessionária de Transmissão comunicará o não pagamento ao ONS. Sendo assim, o Mecanismo de Garantia será acionado, com a ciência da Companhia. Após a instrução emitida pelo ONS, o Gestor (Banco Bradesco), efetuará o bloqueio da Conta vinculada Centralizadora da Companhia, transferindo para a Conta vinculada Especial os recursos disponíveis, até o valor do débito informado na instrução do ONS, com os acréscimos moratórios previstos em contrato. Dessa forma, a Companhia mantém o saldo mínimo o valor representativo de 110% da média aritmética das últimas 3 (três) faturas.

11 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores:

	Alíquota	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social		(613.407)	(601.390)
Imposto de renda diferido	25%	153.422	150.395
Contribuição social diferida	9%	55.206	54.124
		208.628	204.519
Diferenças temporárias (<i>Impairment e outros</i>)		(753.743)	(813.965)
Imposto de renda diferido	25%	188.436	203.491
Contribuição social diferida	9%	67.837	73.257
		256.273	276.748

Notas Explicativas

Redução de depreciação devido ao registro de <i>impairment</i>		82.433	53.643
Imposto de renda diferido	25%	(20.607)	(13.409)
Contribuição social diferida	9%	(7.419)	(4.828)
		(28.026)	(18.237)
Total de prejuízo fiscal e base negativa e diferenças temporárias		(1.283.396)	(1.361.712)
Imposto de renda diferido	25%	321.251	340.477
Contribuição social diferida	9%	115.624	122.553
		436.875	463.030

Com base na expectativa dos lucros tributáveis futuros, a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição diferidos, conforme demonstrados a seguir:

Movimentação do ativo fiscal diferido

Saldo em 31 de dezembro de 2022	434.756
Reconhecimento no exercício	37.787
(-) Reversão no exercício	(9.513)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	463.030
Reconhecimento no exercício	4.109
(-) Reversão no exercício	(30.264)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	436.875

Demonstrativo de base de cálculo

	31/12/2024	31/12/2023
	IR e CSLL	IR e CSLL
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	76.988	(83.464)
Adições:	3.098	56.512
AVP sobre contratos onerosos	3.091	-
Prov. para redução ao valor recuperável (<i>Impairment</i>)	-	21.894
Provisão de contratos onerosos	-	33.361
Provisão para perdas estimadas	-	864
Outros	7	393
Exclusões:	(92.103)	(27.981)
Reversão do Impacto do <i>impairment</i> sobre a depreciação	(28.790)	(27.981)
Realização da provisão dos contratos onerosos	(19.673)	-
Reversão da prov. para redução ao valor recuperável (<i>Impairment</i>)	(43.640)	-
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social antes da compensação	(12.017)	(54.933)
Compensação de 30% do prejuízo fiscal	-	-
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	(12.017)	(54.933)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social (*)	34%	34%
Impacto no valor do IR (*)	24	22
Imposto de renda e contribuição social s/ 30% de compensação	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	4.110	18.699
(Reversão/provisão de diferenças temporárias	(30.265)	9.575
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(26.155)	28.274

Notas Explicativas

Demonstrativo de base de cálculo

	31/12/2024	31/12/2023
	IR e CSLL	IR e CSLL
Contribuição social diferida	(6.929)	7.478
Imposto de renda diferido	(19.226)	20.796
	(26.155)	28.274

(*) Aplicação da alíquota direta de 34% na base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, sem desconsiderar o adicional na base de cálculo do imposto de renda no valor de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) no exercício.

Expectativa de realização do crédito tributário

O ativo registrado limita-se aos valores cuja realização é amparada por projeções de bases tributáveis futuras e suportadas pelas premissas do Plano de Negócios aprovadas pela Administração. Apresentamos, a seguir, a expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a base de cálculo negativa, em 31 de dezembro de 2024.

Exercícios	Total
2025	9.099
2026	9.856
2027	12.063
2028	14.532
2029	16.218
2030	18.357
Entre 2030 até o final do contrato de concessão (*)	356.750
Total	436.875

(*) A Companhia estima que a realização do prejuízo fiscal ocorrerá até o ano de 2040, enquanto a realização das diferenças temporárias será até o final do período da concessão, em janeiro de 2050.

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

Notas Explicativas

12 Imobilizado

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

		Saldo em 31/12/2023	Adições	Depreciação	Transferências	Reversão / (reconheci- mento) de provisão	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Geração								
Em curso								
Edificações, obras e benfeitorias		4	50	-	-	-	-	54
Reservatórios, barragens e adutoras	(iii)	144.547	34.400	-	(178.127)	-	-	820
Máquinas e equipamentos		-	1.591	-	-	-	-	1.591
Adiantamentos a fornecedores	(i)	464	-	-	(457)	-	(7)	-
		145.015	36.041	-	(178.534)	-	(7)	2.465
Terrenos	(ii.a)	571	-	-	(411)	-	(160)	-
Medições	(ii.b)	584	-	-	(539)	-	(45)	-
Subtotal – Geração em curso		146.170	36.041	-	(179.534)	-	(212)	2.465
Em serviço								
Veículos		752	-	-	-	-	-	752
Terrenos		393.152	9	-	-	-	-	393.161
Reservatórios		1.908.545	6	-	174.240	-	-	2.082.791
Edificações		491.510	99	-	-	-	-	491.609
Máquinas e equipamentos		268.365	519	-	5.294	-	-	274.178
Móveis e utensílios		930	274	-	-	-	-	1.204
(-) Depreciação acumulada – Veículos	(iv)	(384)	-	(69)	-	-	-	(453)
(-) Depreciação acumulada – Terrenos	(iv)	(47.194)	-	(8.970)	-	-	-	(56.164)
(-) Depreciação acumulada – Reservatórios	(iv)	(226.538)	-	(44.976)	-	-	-	(271.514)
(-) Depreciação acumulada – Edificações	(iv)	(59.534)	-	(11.333)	-	-	-	(70.867)
(-) Depreciação acumulada – Máquinas e equipamentos	(iv)	(36.278)	-	(7.075)	-	-	-	(43.353)
(-) Depreciação acumulada – Móveis e utensílios	(iv)	(208)	-	(51)	-	-	-	(259)
Subtotal – Geração em serviço		2.693.118	907	(72.474)	179.534	-	-	2.801.085
Total – Geração		2.839.288	36.948	(72.474)	-	-	(212)	2.803.550
Sistema de transmissão de conexão								
Em serviço		34.120	-	-	-	-	-	34.120
(-) Depreciação acumulada	(iv)	(4.240)	-	(804)	-	-	-	(5.044)

Notas Explicativas

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Depreciação	Transferências	Reversão / (reconheci- mento) de provisão	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Total – Sistema de transmissão de conexão	29.880	-	(804)	-	-	-	29.076
Administração							
Em serviço	2.701	201	-	-	-	(164)	2.738
(-) Depreciação acumulada	(2.061)	-	(189)	-	-	164	(2.086)
Total – Administração	640	201	(189)	-	-	-	652
Imobilizado - Direito de uso	-	1.855	-	-	-	-	1.855
(-) Amortização - Imobilizado - Direito de uso	-	-	(102)	-	-	-	(102)
Total - Direito em uso	-	1.855	(102)	-	-	-	1.753
Total – Imobilizado	2.869.808	39.004	(73.569)	-	-	(212)	2.835.031
(-) Provisão para redução do valor recuperável	(779.721)	-	-	-	43.641	-	(736.080)
Total – Imobilizado líquido	2.090.087	39.004	(73.569)	-	43.641	(212)	2.098.951

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

		Saldo em 31/12/2022	Adições	Depreciação	Transferências	Reversão / (reconheci- mento) de provisão	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Geração								
Em curso								
Edificações, obras e benfeitorias		275	4	-	(275)	-	-	4
Reservatórios, barragens e adutoras	(iii)	152.496	8.833	-	(16.782)	-	-	144.547
Máquinas e equipamentos		-	1.180	-	(1.180)	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	(i)	636	-	-	-	-	(172)	464
		153.407	10.017	-	(18.237)	-	(172)	145.015
Terrenos	(ii.a)	770	-	-	(199)	-	-	571
Medições	(ii.b)	584	-	-	-	-	-	584
Subtotal – Geração em curso		154.761	10.017	-	(18.436)		(172)	146.170
Em serviço								
Veículos		752	-	-	-	-	-	752
Terrenos		392.837	116	-	199	-	-	393.152
Reservatórios		1.891.763	-	-	16.782	-	-	1.908.545
Edificações		490.387	-	-	1.123	-	-	491.510
Máquinas e equipamentos		267.211	822	-	332	-	-	268.365

Notas Explicativas

		Saldo em 31/12/2022	Adições	Depreciação	Transferências	Reversão / (reconheci- mento) de provisão	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Móveis e utensílios		930	-	-	-	-	-	930
(-) Depreciação acumulada – Veículos	(iv)	(314)	-	(70)	-	-	-	(384)
(-) Depreciação acumulada – Terrenos	(iv)	(38.126)	-	(9.068)	-	-	-	(47.194)
(-) Depreciação acumulada – Reservatórios	(iv)	(182.695)	-	(43.843)	-	-	-	(226.538)
(-) Depreciação acumulada – Edificações	(iv)	(48.085)	-	(11.449)	-	-	-	(59.534)
(-) Depreciação acumulada – Máquinas e equipamentos	(iv)	(29.262)	-	(7.016)	-	-	-	(36.278)
(-) Depreciação acumulada – Móveis e utensílios	(iv)	(169)	-	(39)	-	-	-	(208)
Subtotal – Geração em serviço		2.745.229	938	(71.485)	18.436	-	-	2.693.118
Total – Geração		2.899.990	10.955	(71.485)	-	-	(172)	2.839.288
Sistema de transmissão de conexão								
Em serviço		34.120	-	-	-	-	-	34.120
(-) Depreciação acumulada	(iv)	(3.428)	-	(812)	-	-	-	(4240)
Total – Sistema de transmissão de conexão		30.692	-	(812)	-	-	-	29.880
Administração								
Em serviço		2.303	417	-	-	-	(19)	2.701
(-) Depreciação acumulada		(1.902)	-	(163)	-	-	4	(2.061)
Total – Administração		401	417	(163)	-	-	(15)	640
Total – Imobilizado		2.931.083	11.372	(72.460)	-	-	(187)	2.869.808
(-) Provisão para redução do valor recuperável		(757.826)	-	-	-	(21.895)	-	(779.721)
Total – Imobilizado líquido		2.173.257	11.372	(72.460)	-	(21.895)	(187)	2.090.087

A Companhia é vedada de alienar ou ceder, a qualquer título, sem a prévia e expressa autorização da ANEEL os bens vinculados a concessão.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui bens penhorados ou bloqueados judicialmente.

- (i) Referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de recursos aos principais fornecedores envolvidos na construção da UHE Sinop.
- (ii) As rubricas destinam-se aos reconhecimentos dos custos incorridos na construção e aquisições de terrenos da UHE Sinop, cujos pagamentos aos (ii.a) proprietários dos terrenos, aguardam resolução de pendências documentais condicionadas as escrituras; e aos (ii.b) fornecedores, que aguardam decisões judiciais/inventários. O reconhecimento do ativo é mensurado com base em laudos de engenharia e escrituras públicas.
- (iii) Referem-se, substancialmente, aos projetos e programas socioambientais em atendimento a Licença de Operação, os quais a Companhia estima que sejam concluídos até dezembro de 2029, conforme detalhado na nota explicativa 18.
- (iv) A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos nas Resoluções ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, e nº 674, de 11 de agosto de 2015. A Administração da Companhia entende que as estimativas de vidas úteis e os métodos de depreciação determinados pela ANEEL são adequados e os bens em que a vida útil ultrapassam o período de concessão, têm vida útil econômica limitada até o final do prazo da concessão.

Notas Explicativas

A Companhia mantém em seus controles de ativos os bens do investimento em Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D") no qual o valor da despesa depreciação é revertido do resultado e controlado no Passivo Não Circulante "Obrigações Especiais da Concessão" no valor R\$ 25.

a) Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no exercício

Durante o exercício, a Companhia revisou o valor recuperável de sua unidade geradora de caixa, a qual é composta pelo ativo imobilizado, representado substancialmente pela usina e seus correspondentes equipamentos de geração e pelo ativo intangível relacionado a utilização do bem público – UBP, tendo em vista os atrasos iniciais nas obras de construção do empreendimento, motivados entre outras razões pela ausência de licenças ambientais. Em 2016 a Companhia enfrentou atrasos na emissão da Autorização de Supressão Vegetal, na margem esquerda do rio Teles Pires e em 2019 na emissão da Licença de Operação.

O cálculo do valor em uso baseou-se em fluxos de caixa operacionais projetados até o final da concessão, descontados a valor presente, mantendo-se as condições comerciais da Companhia. A taxa de desconto utilizada para mensurar o valor em uso foi definida a partir da metodologia WACC - *Weighted Average Capital Cost*, considerando o Custo de Capital Próprio nominal (K_e), calculado por meio do método CAPM – *Capital Asset Pricing Model*. A taxa de desconto foi de 11,25 % em 30 de setembro de 2024 (11,0% em 30 de setembro de 2023), data-base para qual a administração aplica o teste de redução ao valor recuperável. A taxa de desconto antes dos impostos é de 13,52% em 30 de setembro de 2024, (12,85% em 30 de setembro de 2023).

Referências internas como o orçamento aprovado pela Companhia, dados históricos ou passados, atualização do cronograma de obras e montante de investimentos para empreendimentos em curso, embasam a definição de premissas-chaves pela Administração. Para tanto, a Companhia possui um orçamento, revisado anualmente, aprovado pelos Administradores, conforme as demandas identificadas pelos gestores, alinhado ao seu Plano de Negócios. No mesmo contexto, referências externas como o nível de consumo de energia elétrica, preço de Liquidação das Diferenças (PLD) no mercado livre e a disponibilidade de recursos hídricos subsidiam as principais premissas do fluxo de caixa estimado.

Cabe observar que as diversas premissas utilizadas pela Administração na determinação dos fluxos de caixa futuros podem ser afetadas por eventos incertos, o que pode gerar oscilações nos resultados. Mudanças no modelo político e econômico, por exemplo, podem resultar em alta na projeção do risco-país, elevando a taxa de desconto utilizada para descontar os fluxos de caixa operacionais a valor presente.

O cálculo do valor em uso levou em consideração as seguintes premissas:

- Receitas projetadas de acordo com os contratos vigentes, e expectativa de mercado futuro, sem previsão de renovação da concessão;
- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Despesas projetadas a partir do orçamento aprovado pela Companhia;
- Atualização das taxas de desconto após os impostos, específica para a unidade geradora de caixa, obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital (WACC);

A revisão resultou no reconhecimento de uma reversão do valor recuperável de R\$ 43.641, reconhecida no resultado. A reversão do valor recuperável foi incluída no resultado, na rubrica "Provisão para Redução Valor Recuperável" e os fatores que impactaram na reversão do teste de *impairment* foram: (i) Recuperação do Fator de Disponibilidade para o fluxo projetado e a redução dos custos operacionais de compra de energia, ocasionados pela melhoria do fator; (ii) Melhoria das projeções hidrológicas (GSF); e

Notas Explicativas

(iii) Recuperação de créditos tributários relativos à Repactuação de Risco Hidrológico. A usina e seus respectivos equipamentos foram reavaliados ao seu valor recuperável com base no valor em uso de R\$ 2.096.498, que corresponde ao valor contábil líquido do ativo imobilizado em 30 de setembro de 2024, (R\$ 2.159.303 em 30 de setembro de 2023), data-base para qual a administração aplica o teste de redução ao valor recuperável de forma consistente.

Provisão para perda por redução ao valor recuperável	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(779.721)	(757.826)
(Provisão)/reversão da provisão	43.641	(21.895)
Total impairment	(736.080)	(779.721)

13 Intangível

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

	Saldo em 31/12/2023	Adições (+)	Amortização (-)	Saldo em 31/12/2024
Geração				
Em serviço				
Software	288	-	-	288
(-) Amortização Softwares	(73)	-	(52)	(125)
UBP (i)	35.428	-	-	35.428
(-) Amortização– acumulada – UBP (ii)	(4.880)	-	(1.171)	(6.051)
Total – Geração	30.763	-	(1.223)	29.540
Administração Central				
Em serviço	1.017	-	-	1.017
(-) Amortização acumulada	(1.010)	-	(2)	(1.012)
Total – Administração	7	-	(2)	5
Total	30.770	-	(1.225)	29.545

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

	Saldo em 31/12/2022	Adições (+)	Amortização (-)	Saldo em 31/12/2023
Geração				
Em serviço				
Software	134	154	-	288
(-) Amortização Softwares	(49)	-	(24)	(73)
UBP (i)	35.428	-	-	35.428
(-) Amortização– acumulada – UBP (ii)	(3.708)	-	(1.172)	(4.880)
Total – Geração	31.805	154	(1.196)	30.763
Administração Central				
Em serviço	1.017	-	-	1.017
(-) Amortização acumulada	(1.008)	-	(2)	(1.010)
Total – Administração	9	-	(2)	7
Total	31.814	154	(1.198)	30.770

- (i) Geração – Em serviço – Utilização do Bem Público
Como pagamento pela UBP, a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento nominal anual de R\$ 1.531. O início da amortização e o recolhimento da primeira parcela ocorreu a partir do início da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, no mês de dezembro de 2018 e o término previsto em janeiro de 2050.
- (ii) Administração – Em serviço, saldo referente ao registro no intangível de software.

Notas Explicativas

14 Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Energia comprada para revenda (i)	8.441	9.079
Materiais e serviços (ii)	4.881	4.938
EUST (iii)	3.658	4.149
Outros (iv)	1.828	1.632
Partes relacionadas (vi)	1.562	2.888
Seguros a pagar (v)	1.486	1.780
	<u>21.856</u>	<u>24.466</u>

- (i) Referem-se a provisão para compra de energia elétrica do período;
- (ii) Referem-se aos materiais/serviços para a operação e manutenção da usina;
- (iii) Referem-se aos EUST's prestados pelas transmissoras (clientes);
- (iv) Referem-se às propriedades negociadas com os títulos já registrados em cartório e gastos com passagens, hospedagens, seguros, locadoras de veículos, assessorias financeiras e jurídicas, retenções contratuais etc;
- (v) Referem-se a saldos em aberto à fornecedores partes relacionadas: (a) serviços prestados pela EDF Serviços e (b) EUST prestados pela Eletronorte e CHESF, veja nota explicativa 27.
- (vi) Refere-se, substancialmente, ao seguro de risco operacional e seguros judiciais;

15 Financiamento BNDES

A Companhia, em 11 de agosto de 2016, contratou com o BNDES um crédito de R\$ 1.046.000 destinado à implantação da UHE Sinop e aos programas de investimentos sociais, objeto do Contrato de Concessão nº 01/2014-MME.

Esse financiamento é atualizado pelos juros e pelos encargos financeiros determinados no contrato, incorridos até a data das demonstrações financeiras.

As principais informações a respeito do financiamento com o BNDES são as seguintes:

Composição do financiamento em 31 de dezembro de 2024

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
	Pré 2,88% a.a.				
Financiamentos	+ TJLP	46.013	-	(1.098)	44.915
Atualização		-	3.954	-	3.954
		<u>46.013</u>	<u>3.954</u>	<u>(1.098)</u>	<u>48.869</u>
Não circulante					
	Pré 2,88% a.a.				
Financiamentos	+ TJLP	1.068.854	-	(13.689)	1.055.165
		-	-	-	-
		<u>1.068.854</u>	<u>-</u>	<u>(13.689)</u>	<u>1.055.165</u>
Total do financiamento		<u>1.114.867</u>	<u>3.954</u>	<u>(14.787)</u>	<u>1.104.034</u>

Composição do financiamento em 31 de dezembro de 2023

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
	Pré 2,88% a.a. + TJLP				
Financiamentos		41.856	-	(1.101)	40.755
		-	4.066	-	4.066
		<u>41.856</u>	<u>4.066</u>	<u>(1.101)</u>	<u>44.821</u>

Notas Explicativas

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Não circulante					
Financiamentos	Pré 2,88% a.a.	1.104.313	-	(14.787)	1.089.526
Atualização	TJLP	1.104.313	-	(14.787)	1.089.526
		1.146.169	4.066	(15.888)	1.134.347
Total do financiamento					

Movimentação do financiamento BNDES e debêntures (nota explicativa 16) em 31 de dezembro de 2024 – (12 meses)

	Passivos		
	Financiamento BNDES	Debêntures	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.134.347	301.306	1.435.653
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Amortização de principal	(41.997)	(19.462)	(61.459)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(41.997)	(19.462)	(61.459)
Outras variações			
Provisão de juros	105.930	38.835	144.765
Pagamento de juros	(96.466)	(24.083)	(120.549)
Custo de transação	1.101	881	1.982
Financiamento captados	1.119	-	1.119
Total de outras variações	11.684	15.633	27.317
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.104.034	297.477	1.401.511

Movimentação do financiamento BNDES e debêntures (nota explicativa 16) em 31 de dezembro de 2023 - (12 meses)

	Passivos		
	Financiamento BNDES	Debêntures	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.160.042	299.180	1.459.222
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Amortização de principal	(38.287)	(12.827)	(51.114)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(38.287)	(12.827)	(51.114)
Outras variações			
Provisão de juros	110.629	38.289	148.918
Pagamento de juros	(99.135)	(24.214)	(123.349)
Custo de transação	1.098	878	1.976
Total de outras variações	12.592	14.953	27.545
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.134.347	301.306	1.435.653

A Companhia reconheceu no momento de emissão de financiamentos os custos incrementais relativos aos financiamentos. Após a entrada em operação comercial, os custos são apropriados de forma mensal em contrapartida a despesas financeiras.

O saldo do contrato de financiamento com o BNDES está dividido em três subcréditos (“A”, “B” e “D”). As parcelas, compostas de principal e juros serão amortizadas em 240 prestações mensais: a primeira com vencimento em 15 de julho de 2018 e a última em 15 de junho de 2038.

Notas Explicativas

Em função da definição da garantia física em 242,8 MW médios pelo Ministério de Minas e Energia, através da Portaria nº 2, de 8 de janeiro de 2018, a Companhia deixou de ter o direito de captar os recursos do subcrédito “C”, no valor de R\$ 28.000, conforme a Cláusula 17ª – Condições de Liberação da Colaboração Financeira, o que havia estabelecido um patamar mínimo de garantia física de 243,9 MW médios.

Subcréditos	Valor	Juros	Destino
A	970.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
B	43.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
			Implantação de projetos e programas de investimentos sociais da
D	5.000	TJLP	Companhia
Total	1.018.000		

A última liberação ocorreu em 12 de dezembro de 2024, no valor bruto de R\$ 1.141, correspondente ao subcrédito D.

Demonstrativo do saldo do financiamento por ano (principal + juros)

Vencimentos:	Total
2025	44.915
2026	50.270
2027	54.726
2028	59.578
2029	64.861
2030	70.611
Após 2030	772.762
Total da dívida com encargos	1.117.723
	13.689
Custo incremental de longo prazo	1.104.034

Garantias e cláusulas restritivas

As principais garantias da operação constituem:

- Cessão da totalidade dos direitos creditórios de que a Companhia é titular decorrentes do Contrato de Concessão em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretroatável, até o final da liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento.
- Penhor, em caráter irrevogável e irretroatável, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento, da totalidade das ações da Sinop Energia detidas pelos atuais Controladores da Companhia em favor do BNDES.
- Cessão pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE) dos direitos creditórios de que é titular, relativos à comercialização no Ambiente Regulado e/ou no Ambiente Livre da energia produzida por usinas hidroelétricas cujas concessões são detidas por estas, relacionados nos respectivos contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios celebrados individualmente entre cada acionista mencionado acima e o BNDES.

Notas Explicativas

- Fiança corporativa do acionista da Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. (EDFNF) e da acionista Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS de todas as obrigações assumidas, sendo a responsabilidade de cada fiador em relação a qualquer demanda de pagamento feita pelo BNDES, relativamente ao saldo da dívida, sempre limitada às seguintes proporções: EDFNF 51% e ELETROBRAS 49%, em que as fianças serão dispensadas pelo BNDES, após 31 de dezembro de 2019, caso sejam cumpridas, cumulativamente, as condições previstas na Cláusula 19ª (Conclusão Física e Financeira) do contrato de financiamento. Adicionalmente, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 10, o contrato de financiamento com o BNDES também determina a criação de Contas Reservas.
- Com a Reorganização Societária, por parte da Acionista EDF Norte Fluminense, não houve alterações no garantidor dos contratos de financiamentos, permanecendo inalterada todas as garantias dos contratos de financiamento.

O contrato de financiamento com o BNDES possui duas cláusulas restritivas compostas por índices financeiros (*covenants*): (i) Índice de Capital Próprio (ICP) – Patrimônio Líquido/Ativo Total; e (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), anual, – LAJIDA menos imposto de renda e contribuição social, dividido pela Amortização de principal e pagamento de juros. Adicionalmente, o contrato de financiamento com o BNDES determina que o ICP e o ICSD deverão ser calculados e apresentados, anualmente, até o primeiro dia útil de maio de cada ano civil, com base nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício anterior, auditadas por auditor independente cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Índice de Capital Próprio (ICP)

O contrato de financiamento com o BNDES determina a manutenção, durante todo o período de amortização do financiamento, anualmente medido, de Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20% (vinte por cento).

A Companhia mantém o índice de capitalização confortável, o índice exigido pelo BNDES é de 20%, sendo este, o resultado da razão do Patrimônio Líquido/Ativo total, o índice total no final de dezembro de 2024 (não revisado), está em 46% (44,7% em 31 de dezembro de 2023).

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O contrato de financiamento com o BNDES requer que a Companhia apure e informe o ICSD anualmente, conforme o prazo e os termos mencionados acima. Caso o ICSD seja inferior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), por 3 (três) anos consecutivos ou por 3 (três) anos intercalados: (i) a Companhia não poderá realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, a distribuição de dividendos e/ou pagamentos de juros sobre capital próprio, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício anterior; e (ii) não atingirá todas as condições prévias necessárias para a liberação da fiança corporativa.

A Companhia está adimplente com o contrato, dado o cumprimento dos depósitos previstos nas contas de fundos vinculados.

16 Debêntures - Segunda emissão de debêntures

Características

Em 16 de maio de 2018, a Sinop Energia emitiu 236.000 (duzentas e trinta e seis mil) debêntures simples, não conversíveis e não permutáveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, em série única, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos do

Notas Explicativas

disposto na Instrução CVM nº 476, com valor nominal de R\$ 1 (um mil reais), perfazendo o valor total de R\$ 236.000.

As principais condições da emissão são estas:

Emissão	Quantidade	Remuneração	Pagamento	Vencimento	Garantia
2ª Emissão – Série única	236.000	IPCA + 7,9461%	Pagamentos de juros semestrais e principal anual a partir de 12/2019	06/2032	Garantia real e fidejussória

Amortização do valor nominal atualizado mais os juros

O valor nominal atualizado mais os juros serão amortizados em 26 (vinte e seis) parcelas, sendo a primeira parcela realizada em 15 de dezembro de 2019 e a última em 15 de junho de 2032, conforme cronograma abaixo, ressalvada a hipótese de vencimento antecipada da totalidade das debêntures:

Vencimentos	Valores
2025	26.384
2026	31.139
2027	37.563
2028	42.668
2029	40.362
2030	45.917
A partir de 2030	79.145
Total da dívida com encargos	303.178
Custo incremental de longo prazo	(5.701)
	297.477

Período de capitalização, capitalização e periodicidade de pagamentos dos juros remuneratórios

O período de capitalização das debêntures será o intervalo de tempo que se inicia na data da subscrição, ou na data de incorporação imediatamente anterior ou na data de pagamento de juros remuneratórios imediatamente anterior no caso dos demais períodos de capitalização das debêntures e termina na data de incorporação ou data de pagamento de juros remuneratórios correspondente ao período em questão.

Os juros remuneratórios são pagos semestralmente, em que: (i) os juros remuneratórios calculados no período compreendido entre a data de subscrição e o dia 15 de junho de 2019 (exclusive) foram integralmente capitalizados e incorporados ao valor nominal atualizado em 15 de junho de 2019 (“data da incorporação”); (ii) o primeiro pagamento de juros remuneratórios foi realizado em 15 de dezembro de 2019; e (iii) os demais pagamentos de juros remuneratórios ocorrerão sucessivamente, sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro, sendo o último pagamento realizado na data de vencimento, 15 de junho de 2032.

Garantias e cláusulas restritivas

As principais garantias da emissão constituem:

Notas Explicativas

Compartilhamento de garantias detidas pelo BNDES

Fiança corporativa dos atuais acionistas controladores de todas as obrigações assumidas, sendo a responsabilidade de cada fiador em relação a qualquer demanda sempre limitada às seguintes proporções: CHESF 24,5%; ELETRONORTE 24,5% e EDFNF 51%. As fianças serão dispensadas, caso sejam cumpridas, cumulativamente, as condições previstas na Cláusula 3.9.1.4 (*Completion* Físico e Financeiro do Projeto).

Para mais detalhes, consulte o Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição da Companhia, disponível no *site* na rede mundial de computadores da Comissão de Valores Mobiliários e, ainda, o *site* de Relações com Investidores da Sinop Energia.

A Escritura da Segunda Emissão de Debêntures possui duas cláusulas restritivas compostas por índices financeiros (*covenants*): (i) Índice de Capitalização (IC) – Patrimônio Líquido/Ativo Total; e (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) – LAJIDA menos imposto de renda e contribuição social, dividido pela amortização de principal e pagamento de juros.

- Com a Reorganização Societária, por parte da Acionista EDF Norte Fluminense, não houve alterações no garantidor dos contratos de financiamentos, permanecendo inalterada todas as garantias dos contratos de financiamento.

Índice de Capitalização (IC)

A Escritura da Segunda Emissão de Debêntures determina que, para fins de comprovação do *Completion* Físico e Financeiro, entre outras condições cumulativas, a Companhia apresente índice de capitalização igual ou superior a 20% (vinte por cento) com base nas Demonstrações Financeiras anuais auditadas. Adicionalmente, é vedado o resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da Companhia ou a distribuição de juros sobre capital próprio ou dividendos ou, ainda, o pagamento de quaisquer outros valores a seus acionistas diretos ou indiretos, inclusive pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, exceto pelo pagamento de juros sobre capital próprio ou distribuição de dividendos quando a Emissora estiver adimplente com as obrigações decorrentes da Escritura e dos Contratos de Garantia Real e comprovar, cumulativamente: (i) o *Completion* Físico e Financeiro do Projeto; (ii) o ICSD, anual, superior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), por 2 (dois) anos consecutivos imediatamente anteriores; e (iii) IC igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento), ambos comprovados mediante a apresentação das Demonstrações Financeiras auditadas.

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

A Escritura da Segunda Emissão de Debêntures requer que a Companhia apure e informe o ICSD anualmente, conforme o prazo e os termos mencionados acima. Caso o ICSD seja inferior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), por 3 (três) anos consecutivos ou por 3 (três) anos intercalados, constitui um evento de inadimplemento que pode acarretar o vencimento antecipado não automático do contrato.

A Companhia está adimplente com o contrato, dado o cumprimento dos depósitos previstos nas contas de fundos vinculados.

Notas Explicativas

Composição das debêntures em 31 de dezembro de 2024

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Debêntures	IPCA + 7,9461% a.a.	25.384	-	(849)	24.535
Atualização		-	1.012	-	1.012
		25.384	1.012	(849)	25.547
Não circulante					
Debêntures		277.631	-	(5.701)	271.930
		277.631	-	(5.701)	271.930
Total das debêntures		303.015	1.012	(6.550)	297.477

Composição das debêntures em 31 de dezembro de 2023

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Debêntures	IPCA + 7,9461% a.a.	18.970	-	(855)	18.115
Atualização		-	934	-	934
		18.970	934	(855)	19.049
Não circulante					
Debêntures		288.833	-	(6.576)	282.257
Atualização		-	-	-	-
		288.833	-	(6.576)	282.257
Total das debêntures		307.803	934	(7.431)	301.306

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 - (12 meses)

	Saldo em 31/12/2023	Amortização	Transf.	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 31/12/2024
Circulante						
Debêntures	18.115	(43.545)	49.855	-	110	24.535
Atualização	934	-	(26.976)	27.054	-	1.012
	19.049	(43.545)	22.879	27.054	110	25.547
Não circulante						
Debêntures	282.257	-	(22.879)	11.781	771	271.930
	282.257	-	(22.879)	11.781	771	271.930
Total das debêntures	301.306	(43.545)	-	38.835	881	297.477

Notas Explicativas

Movimento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 – (12 meses)

	Saldo em 31/12/2022	Amortização	Transf.	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 31/12/2023
Circulante						
Debêntures	11.741	(12.827)		19.113	88	18.115
Atualização	1.120	(24.214)	4.852	19.176	-	934
	<u>12.861</u>	<u>(37.041)</u>	<u>4.852</u>	<u>38.289</u>	<u>88</u>	<u>19.049</u>
Não circulante						
Debêntures	286.319	-	(4.852)	-	790	282.257
Atualização	-	-	-	-	-	-
	<u>286.319</u>	<u>-</u>	<u>(4.852)</u>	<u>-</u>	<u>790</u>	<u>282.257</u>
Total das debêntures	<u>299.180</u>	<u>(37.041)</u>	<u>-</u>	<u>38.289</u>	<u>878</u>	<u>301.306</u>

17 Uso do Bem Público

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 - (12 meses)

	Passivo		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.668	33.927	36.595
Atualizações monetárias	115	2.107	2.222
Baixas	-	(1.888)	(1.888)
Pagamentos	(2.776)	-	(2.776)
Transferências	2.791	(2.791)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>2.798</u>	<u>31.355</u>	<u>34.153</u>

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 - (12 meses)

	Passivo		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.549	34.537	37.086
Atualizações monetárias	119	2.041	2.160
Pagamentos	(2.651)	-	(2.651)
Transferências	2.651	(2.651)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>2.668</u>	<u>33.927</u>	<u>36.595</u>

Como pagamento pela UBP, a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento nominal anual de R\$ 1.531 (definido no contrato de concessão). O início da amortização e o recolhimento da primeira parcela ocorreu a partir do início da entrega da energia, objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, no mês de dezembro de 2018 e o término previsto em janeiro de 2050.

18 Provisões socioambientais

Referem-se às provisões relacionadas aos gastos futuros com os programas socioambientais, as quais foram reconhecidas no custo do reservatório em andamento (Imobilizado) e resultados do período.

Notas Explicativas

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 - (12 meses)

	Passivo		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	30.627	45.167	75.794
Adições	2.933	17.267	20.200
Atualizações monetárias	570	1.873	2.443
Baixas (i)	(26.671)	-	(26.671)
Transferências	14.716	(14.716)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	22.175	49.591	71.766

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 - (12 meses)

	Passivo		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	34.558	62.433	96.991
Adições	327	1.297	1.624
Atualizações monetárias	502	1.996	2.498
Baixas	(24.053)	(1.266)	(25.319)
Transferências	19.293	(19.293)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	30.627	45.167	75.794

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia revisitou as provisões e concluiu que os valores substanciais são relacionados a: (i) termos de compensações ambientais que não sofrem reajustes de atualizações monetárias; e (ii) valores de provisões baseados em contratações anteriores, contabilizados a valor presente.

(i) Durante este exercício a Companhia incorreu no valor de R\$ 3.426 referente ao PRAD (Programa de Recuperação de Áreas Degradadas), e R\$ 13.953 no TAC Apoio Operacional SEMA. Sendo estes os valores substanciais baixados.

19 Provisões de contratos onerosos

Refere-se a compromissos compulsórios contratados pela Companhia referente a compra de energia elétrica cujos custos excedem os benefícios econômicos que se espera. Os montantes relativos aos períodos de curto e longo prazo estão reconhecidos a valor presente, a taxa de desconto de 10,8% a.a., como segue:

	Passivo		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	17.904	15.458	33.362
Baixas	(16.583)	-	(16.583)
Transferências (i)	15.458	(15.458)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	16.779	-	16.779

(i) Os contratos expiram durante o ano de 2025.

Notas Explicativas

20 Provisões para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária.

A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus consultores jurídicos, e reflete a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar as perdas esperadas.

Os valores envolvidos nessas ações dependem das avaliações de eventuais danos, que poderão ser caracterizados pelo juiz em sentença em caso de procedência da ação, além de estarem sujeitos à confirmação pelas demais instâncias judiciais, devendo ser liquidados e quantificados em momentos oportunos, não estando necessariamente vinculados ao valor dado à causa.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, constituída de acordo com o IAS 37/CPC 25, é suficiente para cobrir eventuais perdas.

Contingências classificadas com probabilidade de perda “provável”
Movimentações em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	156	135
Adições	7	21
Saldo final	163	156

A Companhia é ré em processos trabalhistas e os processos estão tramitando na Justiça Trabalhista no Estado do Mato Grosso e Maranhão.

Contingências classificadas com probabilidade “possível”

A Companhia discute temas que, na opinião de seus assessores legais, têm a probabilidade classificada como “possível” e, conseqüentemente, não há provisionamento de valores.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor envolvido estimado para todas as ações judiciais e administrativas é de R\$ 309.493 (R\$ 274.831 em 31 de dezembro de 2023), tais como: processos trabalhistas envolvendo contratação de empresas terceirizadas e a Companhia figurada no polo passivo como litisconsorte e eventual possibilidade de condenação solidária ou subsidiária, regulatórios, fiscais e ambientais.

Notas Explicativas

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 - (12 meses)

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Cíveis e outras (i)	197.190	33.849	(3.169)	227.870
Tributárias (ii)	75.881	4.048	-	79.929
Trabalhistas (iii)	1.760	553	(619)	1.694
Total	274.831	38.450	(3.788)	309.493

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 – (12 meses)

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Cíveis e outras (i)	176.122	47.597	(26.529)	197.190
Tributárias (ii)	71.962	3.919	-	75.881
Trabalhistas (iii)	717	1.096	(53)	1.760
Total	248.801	52.612	(26.582)	274.831

- (i) Cíveis

Os processos mais relevantes são: (i) Uma ação ajuizada contra a Sinop Energia pela construtora empreiteira, na qual se discute a responsabilidade contratual decorrente da rescisão do contrato de construção da Usina, no montante atualizado de R\$ 157.625; e (ii) Uma Ação Civil Pública na qual o MPF solicita a revisão do pagamento da indenização de assentados do PA (“Programa de Assentamento”) Wesley Manoel dos Santos, no montante atualizado de R\$ 44.602.
- (ii) Tributárias

a) Município de Itaúba

O município de Itaúba instaurou processo administrativo fiscal que concluiu pela existência de débito da Sinop Energia no montante atualizado no valor de R\$ 13.990, relativo a Imposto Sobre Serviços, supostamente recolhidos a menor no âmbito do contrato de empreitada celebrado entre a Sinop Energia e a construtora empreiteira. Em razão desse processo administrativo, a Sinop Energia propôs ação ordinária contra a autuação, defendendo a ilegalidade da cobrança em razão de o cálculo ter sido feito pelo município sobre valores de insumos - que não constituem base de cálculo para o tributo, porque não são serviços - além de serviços que, conquanto sujeitos ao ISSQN, foram prestados em outros municípios, para os quais foram recolhidos os impostos. Após o encerramento do processo administrativo fiscal, o Município ingressou com ação de execução fiscal e a Sinop Energia apresentou sua defesa, tendo contratado seguro garantia judicial, o qual garante o pagamento do valor total do débito em discussão, nele compreendendo o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais. Processo concluso para saneamento desde 19 de abril de 2021.

b) Município de Cláudia

O município de Cláudia instaurou processo administrativo fiscal que concluiu pela existência de débito da Sinop Energia no montante atualizado de R\$ 48.260, relativo a Imposto Sobre Serviços, supostamente recolhidos a menor no âmbito do contrato de empreitada celebrado entre a Sinop Energia e a construtora empreiteira. Em razão desse processo administrativo, a Sinop Energia propôs ação ordinária contra a autuação, defendendo a ilegalidade da cobrança em razão de o cálculo ter sido feito pelo município sobre valores de insumos - que não constituem base de cálculo para o tributo, porque não são serviços - além de serviços que, conquanto sujeitos ao ISSQN, foram prestados em outros municípios, para os quais foram recolhidos os impostos. Após o encerramento do processo administrativo fiscal, o Município ingressou com ação de execução fiscal e a Sinop Energia apresentou sua defesa, tendo contratado seguro garantia judicial, o qual garante o pagamento do valor total do débito em discussão, nele compreendendo o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais. Processo aguardando a conclusão da perícia técnica.

Notas Explicativas

Para ambos os processos tributários, a Companhia argumenta em sua defesa a ausência do termo de inscrição e da notificação do contribuinte, à luz da Lei de Execuções Fiscais, assim como a ofensa ao princípio da legalidade e publicidade, uma vez que a inscrição é ato do processo administrativo tributário, intrínseco a legalidade e elementar ao contraditório de todo processo.

c) Receita Federal do Brasil

Multa em face da apresentação da ECF com informações inexatas, incorretas ou omitidas nos anos de 2017 e 2018. A Companhia impugnou administrativamente, pleiteando o cancelamento integral do lançamento tributário que formalizou a exigência de multa regulamentar. A impugnação não foi acolhida e em março de 2023 a Companhia apresentou recurso voluntário ao CARF.

Para este processo tributário, a Companhia argumenta: (i) presença de efeito confiscatório na imposição da penalidade, passível de aferição tanto na Lei como na aplicação da mesma por parte da autoridade fiscal; (ii) erro de critério jurídico na aplicação da penalidade; (iii) indevida aplicação da penalidade aos casos em que a conduta do contribuinte já tem outra penalidade específica aplicável; e (iv) incorreta duplicidade de aplicação da penalidade, caracterizada pela sua dupla incidência sobre os mesmos fatos na esfera de tributos distintos.

O recurso foi parcialmente provido pelo CARF para determinar que multa aplicada seja incidente apenas sobre incorreções constada no e-lalur.

Já considerando o provimento parcial do recurso, a Companhia entende que o risco do processo é possível e o valor atualizado é de R\$ 16.199.

(iii) Trabalhistas

As contingências trabalhistas de maior relevância avaliadas pela Companhia estão relacionadas ao reconhecimento de vínculo empregatício, verbas rescisórias e seus reflexos, horas extraordinárias e seus reflexos, horas *in itinere*, indenização por dano moral decorrente do pagamento incorreto das verbas rescisórias e multas dos artigos 467 e 477 da CLT.

21 Patrimônio líquido

A Companhia elaborou e está apresentando abaixo, em conformidade com o Estatuto Social e o Acordo de Acionistas vigentes, que estabelecem as diretrizes para a gestão e distribuição dos resultados.

21.a Capital social e absorção dos prejuízos acumulados

Em 28 de outubro de 2024, foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), a qual deliberou sobre a redução do capital social, sem cancelamento de ações, para absorção da totalidade dos prejuízos acumulados e com a consequente alteração do caput do art. 5º do Estatuto Social. Em conformidade com essa AGE, em 31 de dezembro de 2024 o valor total de capital social integralizado é de R\$ 1.304.241 (R\$ 2.234.136, em 31 de dezembro de 2023), que compreende 2.234.136 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 2.234.136 (R\$ 2.234.136, em 31 de dezembro de 2023), até o limite de 2.234.136 ações ordinárias.

A estrutura societária da Companhia, em quantidade de ações, está assim representada, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

Acionistas	Subscrito e integralizado	Autorizado	Participação
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	547.363	547.363	24,5%
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco CHESF	547.363	547.363	24,5%
EDF Brasil Holding S.A.	1.139.410	1.139.410	51,0%
	2.234.136	2.234.136	100,0%

Notas Explicativas

Resultado líquido por ação

O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	2024	2023
Lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias	50.833	(55.190)
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	2.234.136	2.234.136
Lucro (prejuízo) por ação (básico) - R\$	0,02275	(0,02470)
Lucro (prejuízo) por ação (diluído) - R\$	0,02275	(0,02470)

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o resultado por ação diluído representa o mesmo montante que o básico, uma vez que a Companhia não possui instrumentos diluidores emitidos nestes períodos.

21.b Reservas de lucros

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	50.833	-
Destinação:		
Reserva legal (i)	2.542	-
Dividendos mínimos obrigatórios (ii)	12.073	-
Reserva de retenção de lucros (iii)	36.218	-
		-

- (i)

Reserva legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.
- (ii)

Dividendos

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária.
- (iii)

Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

22 Receitas líquidas com vendas de energia elétrica

	2024	2023
Receitas com vendas de energia - ACR	376.975	359.349
Receitas com vendas de energia – ACL (i)	33.791	11.342
Receitas com vendas de energia – CCEE (ii)	1.304	20.461
COFINS sobre venda de energia elétrica	(33.129)	(29.727)
PIS sobre venda de energia elétrica	(7.192)	(6.454)
Encargos setoriais	(13.407)	(13.847)
	358.342	341.124

- (i)

As receitas com vendas de energia ACL representam operações de venda de energia com acionistas e operações com comercializadora de energia.

Notas Explicativas

(ii) Em fevereiro de 2023 ocorreu a recontabilização dos efeitos do expurgo na CCEE, referentes ao período de janeiro de 2021 a novembro de 2022 no valor de R\$ 15.783.

23 Custos operacionais

	2024	2023
Depreciações e amortizações	(74.535)	(73.466)
Encargos de uso do sistema de transmissão	(54.990)	(53.187)
Energia elétrica comprada para revenda e risco hidrológico (i)	(65.150)	(77.165)
Serviços de terceiros	(18.308)	(25.088)
Outros (seguros, taxas regulatórias, materiais etc.)	(3.333)	(4.853)
Pessoal, encargos e benefícios	(2.982)	(2.841)
(-) Créditos de Pis e Cofins sobre depreciações e amortizações	9.451	9.277
	(209.847)	(227.323)

(i) Em 05/2024 a Companhia reconheceu R\$ 10.759 referentes aos créditos de Pis e Cofins sobre o Risco hidrológico entre os períodos de setembro de 2019 a maio de 2024. E a partir deste período permanecendo como créditos recorrentes.

24 Despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Pessoal, encargos e benefícios	(7.249)	(6.887)
Serviços de terceiros	(3.015)	(3.233)
Outros (Arrendamentos, Materiais, Despesas, Passagens e Litígios)	(1.455)	(4.085)
Depreciações e amortizações	(234)	(166)
(-) Créditos de Pis e Cofins sobre depreciações e amortizações	21	15
	(11.932)	(14.356)

25 Provisões operacionais

	2024	2023
Reversão (provisão) da provisão dos contratos onerosos	19.672	(33.362)
Reversão (provisão) do valor recuperável - <i>Impairment</i>	43.641	(21.895)
	63.313	(55.257)

26 Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	21.575	27.478
Atualizações monetárias	9.900	2.492
Outras receitas financeiras	13	25
Subtotal	31.488	29.995

Notas Explicativas

	2024	2023
Despesas financeiras		
Encargos sobre os financiamentos BNDES e Debêntures	(146.747)	(150.894)
Atualizações monetárias	(2.976)	(4.901)
Juros pagos	(436)	(1.257)
Outras despesas financeiras	(1.236)	(633)
AVP	(3.091)	-
Subtotal	(154.486)	(157.685)
	(122.998)	(127.690)

27 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía transações com partes relacionadas, entre elas, seus administradores e controladores.

Os administradores da Companhia são os membros do Conselho de Administração, devidamente eleitos em Assembleia Geral, e, ainda, os diretores estatutários eleitos pelo Conselho de Administração.

Os controladores da Companhia são: EDF Brasil Holding S.A. (EDF), a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE) Controladores diretos; a Electricité de France International (EDFI) e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRAS) Controladores indiretos.

A EDF Norte Fluminense Serviços e Projetos em Geração de Energia Ltda (EDF Serviços) é subsidiária integral do controlador da EDF Holding Brasil S.A.

Saldos com partes relacionadas

	2024			2023		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
ELETRONORTE						
Venda de energia elétrica (i)	517	-	5.941	496	-	5.671
EUST (ii)	-	294	(3.903)	-	336	(3.770)
	517	294	2.038	496	336	1.901
CHESF						
Venda de energia elétrica (i)	517	-	5.941	496	-	5.671
EUST (ii)	-	514	(6.295)	-	530	(6.061)
	517	514	(354)	496	530	(390)
CGT ELETROSUL						
EUST (ii)	-	196	(2.298)	-	-	-
	-	196	(2.298)	-	-	-
ELETROBRAS						
EUST (ii)	-	528	(6.557)	-	-	-
	-	528	(6.557)	-	-	-
EDF SERVIÇOS						
Serviços (iii)	-	30	(9.204)	-	2.022	(9.793)
	-	30	(9.204)	-	2.022	(9.793)
TOTAL	1.034	1.562	(16.375)	992	2.888	(8.282)

Notas Explicativas

- (i) Energia elétrica vendida no ACL, com vencimento no dia 10 (dez) do mês subsequente e no caso de atraso incorre atualizações, multas e juros. Nota Explicativa nº 8(vi).
- (ii) Encargos pelo Uso do Sistema de Transmissão, com vencimentos nos dias 15 (quinze) e 25 (vinte e cinco) do mês subsequente e dia 5 (cinco) do segundo mês subsequente e no caso de atraso incorre atualizações, multas e juros. Nota Explicativa nº 14 (vi).
- (iii) Prestação de serviços de operação e manutenção da UHE Sinop e instalações associadas, com vencimento trimestral e no caso de atraso incorre atualizações, multas e juros. Nota explicativa nº 14 (vi).

Remuneração da Administração

De acordo com o art. 17º do Estatuto Social da Companhia, compete à Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal. A remuneração global da Administração e dos membros do Conselho Fiscal foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 28 de abril de 2024.

	2024	2023
Remuneração da diretoria (i)	(1.198)	(1.387)
Encargos trabalhistas e sociais dos diretores(ii)	(392)	(843)
Benefícios dos diretores (iii)	(404)	(376)
Remuneração dos Conselheiros (iv)	(449)	(410)
Participação nos Lucros e Resultados – PLR	(201)	-
	(2.644)	(3.016)

- (i) Composta por ordenados e salários.
- (ii) Provisão de férias, 13º salários e respectivos encargos sociais.
- (iii) Compostos por benefícios concedidos, como assistência médica, seguros entre outros.
- (iv) Composta pela remuneração dos Conselheiros.

28 Gestão de riscos dos instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia não mantinha contrato envolvendo operações com instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros não derivativos estão representados pelas rubricas “Caixa e equivalentes de caixa”, “Contas a receber”, “Fundos vinculados”, “Fornecedores” e demais passivos financeiros.

Estimativa do valor justo

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui em seus registros instrumentos financeiros ao valor justo.

Os saldos contábeis de certos ativos e passivos financeiros, como por exemplo, os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores estão registrados à custo amortizado, e, representam uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e títulos e valores mobiliários	6 e 7	99.364	137.812
Contas a receber	8	66.099	52.534
Fundos vinculados	10	137.656	99.007
		303.119	289.353

Notas Explicativas

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores e prov. socioambientais	14 e 18	93.622	100.260
Contratos onerosos	19	15.458	33.362
Encargos setoriais		6.024	4.007
Provisões para contingências	20	163	156
Uso do Bem Público	17	34.153	36.595
Empréstimos e financiamentos	15	1.104.034	1.134.347
Debêntures	16	297.477	301.306
		<u>1.550.931</u>	<u>1.610.033</u>

Gestão de riscos

A Companhia encontra-se em fase operacional, e os riscos inerentes à sua fase atual podem ser assim identificados:

Gestão de gerenciamento de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de buscar uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio líquido	21	1.343.001	1.304.241
Ativo total		<u>2.913.350</u>	<u>2.916.856</u>
Índice de capital próprio		0,46	0,45
Passivo total		1.570.349	1.612.615
Ativo total		<u>2.913.350</u>	<u>2.916.856</u>
Índice de capital de terceiros		0,54	0,55
Dívida bruta	14 e 15	1.401.511	1.435.653
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	6 e 7	99.364	137.812
Dívida líquida		1.302.147	1.297.841
Patrimônio líquido	21	<u>1.343.001</u>	<u>1.304.241</u>
Endividamento em relação ao patrimônio líquido		0,97	1,00

Risco de crédito

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente, levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia mantém suas aplicações financeiras concentradas nos Bancos Bradesco e Itaú.

Não há valores mínimos ou máximos para movimentação e permanência nem há carência para o resgate (Nota Explicativa nº 6 e 7).

Não é identificado, no momento, nenhum indício de *impairment* na sua carteira de ativos exposta ao risco de crédito, representada substancialmente pelos numerários mantidos com instituições financeiras (Nota Explicativa nº 6 e 7).

Notas Explicativas

Risco de preço

As receitas da Companhia são nos termos do contrato de concessão e contratos CCEARs, reajustadas anualmente pela variação do IPCA.

Risco de taxa de juros

A Companhia está limitada aos efeitos da volatilidade de indexadores de preços e moeda no seu fluxo de caixa esperado, uma vez que, aproximadamente, 71% (70% em 31 de dezembro de 2023) de suas obrigações, representados pelo financiamento com o BNDES, estão atrelados ao índice da TJLP e 100% das suas receitas oriundas dos contratos de venda de energia futura estão comercializados no Ambiente de Comercialização Regulado e Livre são atreladas ao IPCA.

No que tange ao risco de taxas de juros de seus contratos de financiamento, a Companhia contratou os empréstimos para financiamento do projeto com as seguintes condições:

- Financiamento BNDES: prazo de 20 (vinte) anos, com os juros baseados na TJLP + 2,88% a.a.
- 2ª emissão de debêntures: prazo de 14 (quatorze) anos, com os juros baseados no IPCA + 7,9461% a.a.
- As condições desses financiamentos estão atreladas a juros prefixados, tornando o passivo financeiro da Companhia pouco exposto às oscilações (volatilidade) de taxas de juros de mercado.

Risco de degradação do Índice de Disponibilidade e Risco Hidrológico

A Companhia está exposta ao risco de degradação do Índice de Disponibilidade (ID) e consequentemente no Fator de Disponibilidade (FID) relacionado a possíveis paradas de suas Unidades Geradoras (UG1) e (UG2). Adicionalmente, as variações hidrológicas ocorridas no país, também impactam diretamente o Fator de Ajuste GSF_{MRE}, refletindo na contabilização mensal efetuada pela CCEE.

Ambos os fatores, compõem os cálculos de exposição da Companhia, e em casos de não atendimento dos contratos já formalizados de venda no ACR e ACL, se faz necessária a compra de energia pelo PLD na liquidação financeira calculada pela CCEE ou a compra de energia convencional no mercado.

A área técnica, juntamente com o Comitê de Comercialização, o qual conta com representantes das acionistas está constantemente avaliando e atuando para identificar as melhores oportunidades de operações de compras favoráveis a Companhia.

Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato venha sendo cumprido. Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais. São desenvolvidas projeções

Notas Explicativas

econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração.

A Companhia vem honrando todos os seus compromissos assumidos e com expectativa de honrar todos os seus futuros compromissos.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem os valores de juros contratuais.

31 de dezembro de 2024								
Passivos financeiros não derivativos	Nota	Valor contábil	Fluxo contratual	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores, encargos setoriais		28.043	28.612	23.935	-	4.677	-	-
Empréstimos e financiamentos	15	1.104.034	1.880.552	69.650	69.650	278.600	278.600	1.184.052
Debêntures	16	297.477	459.353	36.998	11.484	113.779	123.722	173.370
		1.429.554	2.368.517	130.583	81.134	397.056	402.322	1.357.422
31 de dezembro de 2023								
Passivos financeiros não derivativos	Nota	Valor contábil	Fluxo contratual	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores, prov. socioambientais, encargos setoriais e contratos onerosos		137.785	139.062	49.945	24.265	48.436	16.416	-
Empréstimos e financiamentos	15	1.134.347	1.907.849	22.411	22.411	276.004	276.004	1.311.019
Debêntures	16	301.306	492.676	19.247	23.620	100.745	121.351	227.713
		1.573.438	2.539.587	91.603	70.296	425.185	413.771	1.538.732

Não é esperado que os fluxos de caixa incluído na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou com valores diferentes dos indicados acima.

Análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos financeiros

O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente à variação da TJLP, índice de reajuste do contrato de financiamento perante o BNDES.

O CPC 40 (R1) dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas, ao qual a Companhia está exposta, com as instituições financeiras na data-base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos três cenários diferentes, considerando as projeções de longo prazo para as taxas de CDI, TJLP e IPCA divulgadas pelo Banco Bradesco, e foram definidos os cenários prováveis para os próximos 12 meses e, a partir daí, calculadas variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Para cada cenário, foram calculadas as receitas e despesa financeiras brutas, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2024. A data-base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2024, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade destes em cada cenário.

Notas Explicativas

	Risco na apreciação			Risco na depreciação	
	Cenário I Provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%	Cenário II (25%)	Cenário III (50%)
Ativos					
Fundos de investimentos (i)					
126.062		Carteira de fundos		Carteira de fundos	
	126.062	139.582	142.286	117.950	120.654
Receita financeira projetada	10.816	13.500	16.224	8.112	5.408
Taxa de juros	8,58%	10,73%	12,87%	6,44%	4,29%
Variação - R\$		2.704	5.408	(2.704)	(5.408)
Aplicações CDI (ii)					
74.962		Aumento do CDI		Redução do CDI	
	74.962	87.394	89.881	67.503	69.989
Receita financeira projetada	9.946	12.432	14.919	7.459	4.973
Taxa de juros	13,27%	16,58%	19,90%	9,95%	6,63%
Variação - R\$		2.486	4.973	(2.486)	(4.973)
Passivos					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (a)					
1.118.821		Aumento da TJLP		Redução da TJLP	
	1.118.821	1.234.199	1.257.275	1.049.594	1.072.670
Despesa financeira projetada	92.303	115.378	138.454	69.227	46.151
Taxa de juros	8,25%	10,31%	12,38%	6,19%	4,13%
Variação - R\$		23.076	46.151	(23.076)	(46.151)
Debêntures (b)					
304.027		Aumento do IPCA		Redução do IPCA	
	304.027	319.038	322.041	295.020	298.022
Despesa financeira projetada	12.009	15.011	18.014	9.007	6.005
Taxa de juros	3,95%	4,94%	5,93%	2,96%	1,98%
Variação - R\$		3.002	6.005	(3.002)	(6.005)
(i) Fundos de investimentos					
Aplicação em carteira de fundos				126.062	
Conta centralizadora				11.594	
Total dos fundos vinculados - Nota Explicativa nº 10				137.656	
(ii) Aplicações CDI					
Aplicação em CDI				74.962	
Aplicação automática				19.924	
Total das aplicações no Banco do Brasil, Bradesco e Itaú - Nota Explicativa nº 6 e 7.				94.886	
Composição dos saldos			BNDES (a)	Debêntures (b)	
Nota Explicativa			15	16	
Total do Passivo			1.104.034	297.477	
Custo da transação			14.787	6.550	
Saldo da dívida			1.118.821	304.027	
Premissas (média entre 2025 e 2026)					
Carteira de fundos – Ativos			a.a.	8,58%	
CDI - Ativos			a.a.	12,99%	
TJLP - Passivos			a.a.	8,25%	
IPCA - Passivos			a.a.	3,95%	

Notas Explicativas

29 Compromissos

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui o montante de R\$ 102.268 (R\$ 139.065 em 31 de dezembro de 2023) de compromissos assumidos.

	31/12/2024	31/12/2023
Operação e manutenção da usina (i)	62.354	65.863
Aquisição de energia elétrica (ii)	25.373	54.796
Assessorias, consultorias e auditorias (iii)	9.082	5.673
Outros (iv)	5.459	12.733
Total	102.268	139.065

- (i)

Substancialmente, a Companhia mantém o contrato de O&M (R\$ 33,1 milhões) com vigência até abril de 2029 e o contrato de conexão com sistema de transmissão (R\$ 16 milhões) vigente até o final do contrato de concessão, entre outros compromissos tais como, manutenção de bombas, segurança, telecomunicações etc.
- (ii)

A Companhia tem compromissos de compras de energia previstos entre janeiro de 2025 até dezembro de 2025, no montante de 87.600 MWh, pelos motivos de (a) Degradação do Fator de Disponibilidade (FID), devido as paradas de máquinas ocorridas em 2020; e (b) Redução do valor do GSF, devido às variações/restrições hidrológicas do país.
- (iii)

Substancialmente, refere-se aos contratos de honorários advocatícios para defesa dos litígios junto a empreiteira e ações ambientais.
- (iv)

Substancialmente, refere-se a compromissos ambientais referentes ao Sistema de Transposição de Peixes, supersaturação gasosa, monitoramento hidrológico, custos administrativos tais como plano de saúde, serviços de conservação e limpeza e assessoria financeira.

30 Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2 / IAS 7. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia adquiriu bens do ativo imobilizado, dos quais uma parte são itens não caixa relativos à aquisição de imobilizado. A conciliação encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

	2024	2023
Aquisição de bens do ativo imobilizado (nota explicativa nº 12)	39.004	11.372
(Adições de imobilizado que não tiveram efeito caixa – provisões socioambientais) / pagamentos de imobilizados adicionados nos períodos anteriores	(22.494)	(3.939)
Adições de imobilizado que não tiveram efeito caixa (fornecedores) (i)	(2.673)	(1.874)
Reversão (provisão) que não tiveram efeito caixa	(212)	1.094
Aumento de imobilizado com efeito caixa	13.625	6.653
(i) Efeito não caixa em fornecedores:		
Variação do passivo de fornecedores	(2.610)	2.698
Variação de fornecedores contra imobilizado que não tiveram efeito caixa	(2.673)	(1.874)
(Redução) aumento em fornecedores (DFC)	(5.283)	824

* * *

Sergio Carvalho Aguiar

Diretor administrativo e financeiro e

Diretor de relações com investidores

Alessandro Camilo da Silva

Contador – CRC MT 005078-0/9

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Energética Sinop S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Sinop S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado (Nota 12)

O ativo imobilizado da Companhia é composto, principalmente, por ativos referentes à usina hidrelétrica Sinop, para os quais há provisão para redução do valor recuperável no montante de R\$ 736.080 mil em 31 de dezembro de 2024. Durante o exercício findo em 2024, a Companhia revisou o valor recuperável da sua unidade geradora de caixa, resultando no valor em uso de R\$ 2.098.951 mil, o que gerou uma reversão parcial da provisão no montante de R\$ 43.641 mil, reconhecida no resultado do exercício.

A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados da unidade geradora de caixa - UGC, à qual o saldo se relaciona. Essa projeção de fluxo de caixa foi preparada com base na melhor estimativa da administração da Companhia sobre as suas operações, que levam também em consideração, dentre outros aspectos, as tendências futuras do setor elétrico. Tais projeções também são baseadas em fontes externas de informações, dados históricos, bem como outras premissas, como perspectivas de crescimento da economia brasileira, taxa de desconto, receitas e despesas e despesas projetadas.

Consideramos que a subjetividade existente nas premissas, uma vez que diferentes valores poderiam modificar de forma significativa os montantes recuperáveis apurados pela Companhia, bem como o julgamento exercido pela administração com relação às mudanças de premissas no exercício atual, o que, conforme citado anteriormente gerou reversão parcial da provisão, elevam nosso foco de auditoria nessa área e, consequentemente, tornam o assunto como um principal assunto da auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos do processo de mensuração do valor recuperável do ativo imobilizado da Companhia.

Avaliamos as principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela Administração, tais como perspectivas de crescimento da economia brasileira, receitas e despesas projetadas, bem como a coerência lógica e aritmética das projeções e das alterações de premissas anteriormente utilizadas que resultaram na reversão parcial da provisão de valor recuperável. Adicionalmente, envolvemos nossos especialistas em projeções financeiras para revisão da taxa de desconto e do modelo de fluxo de caixa descontado.

Adicionalmente, comparamos as projeções do exercício anterior com os resultados auferidos, bem como efetuamos leitura das divulgações em notas explicativas.

Com base nos trabalhos de auditoria acima resumidos, consideramos que as premissas e dados utilizados e a metodologia de avaliação do valor recuperável estão consistentes com as práticas de mercado. Assim como, as divulgações efetuadas sobre o tema estão adequadas em relação às evidências por nós obtidas.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 15 de março de 2024, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas

evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Servimo-nos para, em atenção ao disposto no Art.27, parágrafo 1º, inciso VI da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declarar que, na qualidade de diretores da Companhia Energética Sinop S.A., revisamos, discutimos e concordamos com as informações contidas das demonstrações financeiras da Companhia referente ao período findo em 31 de dezembro de 2024.

Permanecemos à inteira disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Ramon Rodrigues Vieira de Carvalho
Diretor presidente

Sergio Carvalho Aguiar
Diretor administrativo e financeiro e
Diretor de relações com investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Servimo-nos para, em atenção ao disposto no Art.27, parágrafo 1º, inciso V da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declarar que, na qualidade de diretores da Companhia Energética Sinop S.A., revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes relativo às demonstrações financeiras da Companhia referente ao período findo em 31 de dezembro de 2024.

Permanecemos à inteira disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Ramon Rodrigues Vieira de Carvalho
Diretor presidente

Sergio Carvalho Aguiar
Diretor administrativo e financeiro e
Diretor de relações com investidores